



Universidade de Aveiro Departamento de Línguas e Culturas
2016

**Bruna Filipa da Silva
Rodriguez**

**GÉNERO TEXTUAL *PROCURAÇÃO*: TRADUÇÃO
COMENTADA ALEMÃO-PORTUGUÊS**



**Bruna Filipa da Silva
Rodriguez**

**GÉNERO TEXTUAL *PROCURAÇÃO*: TRADUÇÃO
COMENTADA ALEMÃO-PORTUGUÊS**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada (Ciências Jurídicas), realizado sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Murcho Alegre, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro da Universidade de Aveiro

Aos meus avós, por tudo.

o júri

Presidente

Prof. Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto Cruz
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Anabela Valente Simões

Professora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia de Águeda da Universidade de Aveiro
(arguente)

Prof. Doutora Maria Teresa Murcho Alegre

Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora).

Agradecimentos

Desde já, um agradecimento sentido à Prof. Doutora Maria Teresa Murcho Alegre pela orientação, pelos conhecimentos transmitidos e sobretudo pela amizade e disponibilidade que sempre manifestou para comigo ao longo deste percurso.

Um especial agradecimento a todos os professores que fizeram parte da minha formação, ajudaram-me a evoluir não só como aluna, mas também como ser humano.

Aos meus avós por tudo o que me proporcionaram, sem eles nada era possível.

E por fim, aos meus amigos e colegas de trabalho um obrigado especial a todos, o apoio incondicional jamais será esquecido, em especial à Mafalda Fortes que iniciou esta caminhada comigo e por ser a melhor amiga que alguma vez se pode ter.

palavras-chave

Tradução jurídica, procurações, tradução comentada, metodologia de tradução, desafios da tradução

Resumo

A tradução jurídica, ao longo dos anos, tem vindo a despertar um grande interesse no mundo da tradução. É neste seguimento que este projeto se insere, procurando demonstrar estratégias e ferramentas que auxiliam no processo tradutivo bem como a terminologia específica do género textual Vollmacht/procuração quer na língua alemã quer na língua portuguesa. Serve então como meio de reflexão e sobretudo de difusão, contribuindo para avanços na tradução jurídica.

keywords

Legal translation, proxies, commented translation, translation methodology, challenges of translation

abstract

Legal translation has occupied great interest in the translation industry over the years. In this context, this project aims to describe the strategies and tools that assist the translation process, as well as the specific German and Portuguese terminology of the textual genre that confers powers of attorney. Therefore, it is used as reflection tool and, above all, a means of dissemination which will contribute towards the advance of legal translation

Índice

Introdução.....	9
1. Enquadramento teórico.....	11
1.1 Tradução Jurídica.....	12
2. <i>Vollmacht</i> como género textual.....	15
2.1 Conceito e definição.....	15
2.2 Tipologia Textual.....	18
2.3 Análise da estrutura textual.....	22
2.3.1 Macroestrutura textual.....	22
2.3.2 Microestrutura textual.....	27
3 Metodologia da tradução.....	34
3.1 Tradução instrumental e tradução documental (Nord).....	34
4 Procurações e respetivos problemas de tradução.....	38
4.1 Caraterísticas da tradução de <i>Vollmacht</i>	38
4.2 Análise descritiva.....	40
4.3 Desafios da tradução.....	42
Considerações finais.....	49
Bibliografia.....	51
Webgrafia.....	53
Dicionários e Enciclopédias.....	54
Anexos.....	55
Anexo I: Texto de partida 1.....	55
Anexo II: Texto de chegada 1.....	60
Anexo III: Texto de partida 2.....	63
Anexo IV: Texto de chegada 2.....	65
Anexo V: Texto de partida 3.....	67
Anexo VI: Texto de chegada 3.....	70

Introdução

O presente trabalho foi elaborado no âmbito do Mestrado de Tradução Especializada no domínio das Ciências Jurídicas e Administrativas da Universidade de Aveiro para a obtenção do grau de Mestre. O seu propósito global é a consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo destes dois últimos anos não só a nível tradutológico, mas também a nível linguístico e metodológico, de análise textual e revisão, através da tradução de procurações / *Vollmacht* (DE) de alemão para português e, acima de tudo, da procura de equivalentes portugueses para a terminologia alemã.

Nesta medida, trata-se de uma abordagem da tradução e do género textual *Vollmacht*, das suas especificidades aquando do processo de tradução, bem como dos problemas e das exigências que devem ser tidos em conta.

No discurso jurídico, há um variadíssimo leque de documentos diferenciados que apresentam relevância ao nível da tradução e das relações internacionais. O fenómeno da globalização, bem como a livre circulação de bens e pessoas e a evolução dos meios informáticos contribuíram fortemente para o desenvolvimento da tradução jurídica e, conseqüentemente, para o incremento de um dos maiores segmentos do mercado de trabalho dos tradutores profissionais.

Devido à forte dependência e ao volume da tradução jurídica das instituições internacionais como a União Europeia, por exemplo, tem surgido alguma investigação na área dos estudos da tradução que evidenciam as peculiaridades da linguagem jurídica bem como a ausência de base de dados terminológicas. No entanto, em Portugal, os estudos nesta área encontram-se ainda muito reduzidos, apenas dissertações ou teses de doutoramento abordam, de forma profunda, questões pertinentes para a tradução jurídica (alemão – português).

Sendo esta uma área com carência de investigação, a verdade é que a tradução jurídica levanta questões de extrema relevância para o tradutor, tais como: Quais as especificidades da linguagem jurídica alemã? Qual a melhor metodologia de tradução a adotar? A teoria da tradução geral aplica-se a este tipo de tradução?

É partindo deste facto e destas questões que o tema do meu projeto se inicia. Tentado, deste modo, colaborar com a investigação da tradução de textos jurídicos, mais precisamente das suas dificuldades tradutivas, e encontrar a metodologia mais conveniente para este género textual em particular.

Assim, o projeto visa a tradução, as dificuldades da mesma e a análise de *Vollmacht*, não esquecendo as especificidades deste género textual, do Direito alemão e do português.

O projeto encontra-se dividido em quatro capítulos. Nestes mesmos capítulos será sempre abordada a questão fulcral deste trabalho – a tradução de um conjunto de três procurações, as técnicas utilizadas no processo de tradução e a análise deste género textual. Portanto, no primeiro capítulo o trabalho recairá sobre o enquadramento teórico, isto é, uma breve e objetiva definição de tradução, destacando a tradução jurídica e não esquecendo de mencionar o trabalho do tradutor jurídico.

No segundo capítulo pretende-se analisar o género textual em causa. Esta análise baseia-se numa breve definição do género textual, invocando Katharina Reiß através da tipologia textual do

modelo de 1971 e, ainda, Borja (citada em Albir: 2001). Ambas as propostas se complementam quer na classificação dos géneros jurídicos e na análise estrutural dos textos de partida a nível macroestrutural e microestrutural. Ainda neste capítulo será possível uma análise dos atos de fala da *Vollmacht* através da classificação proposta por Deborah Cao em 2007.

O terceiro capítulo abrange as metodologias de tradução propostas por Christiane Nord, em 1988/91. Esta metodologia será fundamental para a análise e comentário das traduções, a fim de salientar os problemas encontrados durante o processo tradutivo.

As características da tradução de *Vollmacht* estão patentes no quarto capítulo. Aqui, pretende-se identificar as particularidades que se evidenciam numa linguagem de especialidade. Este quarto e último capítulo surge como um comentário da tradução, auxiliando-se nos desafios e orientações específicos da tradução de *Vollmacht*.

Nos anexos estarão presentes os textos de partida em português, assim como as respetivas traduções em alemão, realizadas no âmbito deste projeto.

O presente projeto tem como principal objetivo a investigação e a reflexão, quer a nível tradutológico quer a nível do processo de tradução, sobre este género textual: *Vollmacht*. O projeto desenvolveu-se com a necessidade de aprofundar os conhecimentos nesta temática e nas teorias e metodologias propostas por diversos tradutólogos referidos ao longo dos tempos.

A escolha da *Vollmacht* justifica-se, ainda, pela existência de pouca informação sobre este género textual e pela frequência com que este mesmo tipo de documento é solicitado. O projeto incide, assim, na análise deste género textual entre o par de línguas alemão e português.

1. Enquadramento teórico

Língua e Direito são fenómenos culturais que se interrelacionam (Sousa, 2007, p. 76). Nas palavras de Sousa: “[t]anto as normas do direito como as normas da língua surgem ligadas a factos (realidades), a evoluções histórico-culturais, a mentalidades e a modos de sentir de povos em concreto” (Sousa, 2007, p. 77).

O Direito é ainda um elemento integrante da Cultura, fenómeno que bem se pode observar, atendendo à tendência de o desenvolvimento do Direito acompanhar as correntes do pensamento vigentes em cada época (Sandrini, 1999, p. 9). De acordo com Sousa:

Direito e língua são fenómenos sociais e fenómenos normativos. Tanto o direito como a língua são sistemas de normas com regras próprias, que devem ser respeitadas (...) Trata-se de sistemas evolutivos, no sentido de que têm uma vida e uma dinâmica internas, que se opõem à cristalização. Caracterizam-se por conterem elementos mutáveis *ratione temporis*, *ratione loci* e *ratione materiae*. (Sousa, 2007, p. 76)

Nos dias de hoje e mais do que nunca, o Direito e a Tradução encontram-se de mãos dadas, uma vez que o Direito se serve da língua como meio de expressão. Tal como afirma o jurista inglês Yon Maley:

In all societies, law is formulated, interpreted and enforced: there are codes, courts and constables. And the greater part of these legal processes is realised primarily through language. Language is medium, process and product in the various arenas of the law where legal texts, spoken or written, are generated in the service of regulating social behaviour. Particularly in literate cultures, once norms and proceedings are recorded, standardised and institutionalised, a special language develops, representing predictable process and pattern of functional specialisation. (cit. em Cao, 2007, p. 13).

A independência das ordens jurídicas enquanto unidade culturalmente determinada não só causa a existência de conteúdos jurídicos e normas próprias, como implica o desenvolvimento de regras exclusivas de interpretação dos conteúdos normativos que condicionam o discurso jurídico (Sandrini, 1999, p. 10). Por isso, cada Estado tem regras específicas para a redação e fixação do Direito (convensões de escrita e tipologia de textos) e uma terminologia própria (*Systemgebundenheit der Rechtssprache* ou territorialidade e temporalidade da linguagem jurídica) (Pommer, 2006, p. 17; Holzer, 2013, p. 363; Sandrini, 1999, p. 10)

Esta necessidade de difundir e registar os actos jurídicos contribuirá para o estudo e, posteriormente, para a evolução das singularidades da linguagem jurídica, uma vez que dita nela exigências de fiabilidade, exatidão, objetividade e intemporalidade.

Desta maneira, a tradução nesta área mais especializada tem ganho grande dimensão, já que tem-se vindo a tornar fundamental regular a vida humana pela consagração de princípios de justiça e como meio de expressão em forma escrita através da tradução jurídica.

O papel da tradução, mais precisamente da tradução jurídica tem ganho cada vez mais relevo e importância no mercado de trabalho, tal como afirma Schmitt: “Juristische Texte stehen in ihrer Übersetzungspraktischen Bedeutung an dritter Stelle der Textvorkommen” (Schmitt cit. por Stolze, 2009, p. 276).

Como já tinha sido mencionado, a verdade é que ainda constam muito poucos artigos dedicados aos Estudos da Tradução, mais precisamente na tradução jurídica alemão-português, apesar

dos inúmeros textos já traduzidos. É certo que tratam as dificuldades terminológicas, no entanto não oferecem qualquer tipo de teoria e método a adotar neste tipo de gênero textual.

1.1 Tradução Jurídica

O termo “tradução” não se estreita somente ao processo de transferência linguística. Vermeer considera que a tradução é, antes de tudo, uma ação humana intencional (deseja mudar uma situação existente), interpessoal (possibilita a interação entre vários agentes), comunicativa (promove a comunicação interpessoal) e cultural (existe num contexto cultural específico) (cit. em Nord, 1997, p. 15-25).

No processo de tradução, aspetos como por exemplo, o contexto cultural e social devem ser tidos em conta no processo de tradução. Vermeer advoga que a linguagem é uma parte intrínseca da cultura, ou seja, trata-se de um ato de comparação de culturas (cit. em Nord, 1997, p. 34).

A tradução jurídica, sendo um ramo particular da tradução especializada, não se rege pelas tipologias textuais da tradução em geral. Nesta área da tradução encontramos inúmeros documentos que nos invadem no dia-a-dia (certidões, contratos, procurações) e nas instituições internacionais (tratados, legislações, entre outros).

Quando um texto e/ou um documento é redigido por um determinado autor de uma determinada cultura para um destinatário de outra cultura e esse texto é depois veiculado a um recetor de uma outra cultura, o tradutor tem o papel exclusivo de transferir a mensagem do texto de partida (TP) para o texto de chegada (TC), no entanto tem que ter em conta a cultura e o destinatário que serão, certamente, diferentes do recetor. Para além de desempenhar a tarefa tradutiva, o tradutor deverá adotar uma posição de mediador intercultural, ou seja, conhecer as culturas, quer a do texto de partida (TP) quer a do texto de chegada (TC).

Deste modo, o tradutor é um mediador cultural, que deve tomar as melhores decisões, de forma consciente e responsável, para que consiga chegar à finalidade da tradução, tal como Vermeer salienta:

a translator is made co-responsible for the success of a communicative act, because he, the translation expert, is the crucial factor in as far as it is a transcultural act - and if such is the case then the translator does more and is obliged to do more than to merely transcode a text (cit. em Snell-Hornby et al., 1992, p.13-14).

Neste seguimento, o tradutor deve possuir conhecimentos não só a nível linguístico, mas também a nível de pesquisa terminológica, análise textual, para que possa reconhecer as características específicas do gênero textual, assim como dos sistemas jurídicos das línguas de trabalho.

Devido à falta de conhecimento dos sistemas jurídicos, os tradutores legais são muitas vezes postos de lado, pois defende-se a ideia de que um jurista, com conhecimentos linguísticos, poderá fazer uma melhor tradução do que um tradutor formado em Ciências Jurídicas. Pretende-se, então um tradutor que domine a jurisdição, os sistemas jurídicos bem como o contexto cultural da língua de partida.

Muitas vezes e devido às estruturas jurídicas próprias de cada país, o tradutor nem sempre encontra os equivalentes exatos na língua de chegada, por causa das diferenças culturais, linguísticas e legais que cada país apresenta.

Gamero (cit. em Albir, 2007, p. 61) coloca em evidência as competências do tradutor na tradução escrita de textos técnicos: possuir conhecimento temático, conhecimento terminológico, conhecimento dos géneros característicos e capacidade de se documentar. Dá-se bastante importância à capacidade do tradutor de se documentar, na medida em que a falta de conhecimentos tecnicamente especializados deve ser superada pela capacidade que o tradutor tem em se documentar.

A estes “pré-requisitos”, Šarčević acrescenta ainda outras competências. Assim o tradutor deve ter:

a thorough understanding of legal reasoning and the ability to solve legal problems, to analyse legal texts, and to foresee how a text will be interpreted and applied by the courts. In addition to these basic legal skills, the legal translator should also possess extensive knowledge of the legal system and preferably the source legal system as well. Moreover, drafting skills and a basic knowledge of comparative law and comparative methods are also required (1997, p. 113).

O principal problema dos textos jurídicos é a sua difícil tradução, devido às diferentes fontes de Direito. Para Reichmann todos estes aspetos “tornam a tradução jurídica um grande desafio, que somente pode ser enfrentado profissionalmente, com profundos conhecimentos linguísticos, tradutológicos e jurídicos” (2007, p. 90)

Em suma, o seu objetivo é, então, determinado por vários aspetos: a função do texto de chegada, a ordem jurídica a aplicar ao texto de chegada, assim como o público-alvo do texto de chegada. Quando o tradutor executa a sua tarefa deve garantir a segurança jurídica, ou seja, os efeitos legais da língua de partida devem-se refletir na língua de chegada, assegurando a veracidade e a fidelidade para as pessoas envolvidas.

Trata-se claramente de um tipo de tradução com uma forma estilística bastante vinculada, que o tradutor se vê obrigado a seguir. É esta forma que representa o carácter desafiante da tradução jurídica.

Antes de tudo, é importante conhecer as características intrínsecas à linguagem jurídica que estão presentes nos textos jurídicos, porque este será o ponto de partida para o tradutor poder realizar o seu trabalho. Este não pode esquecer que o Direito de cada país apresenta uma linguagem jurídica própria. Segundo Borja (cit. em Gudumac, I., 2012):

el [lenguaje] que se utiliza en las relaciones en que interviene el poder público, ya sea en las manifestaciones procedentes de este poder (legislativo, ejecutivo o judicial) hacia el ciudadano, o en las comunicaciones de los ciudadanos dirigidas a cualquier tipo de institución. Y también naturalmente, el lenguaje de las relaciones entre particulares con transcendencia jurídica (contratos, testamentos, etc.).

Quer juízes, quer advogados e quer outros redatores tendem a escrever estes textos jurídicos num estilo muito peculiar, tal como Butt afirma:

[They] come to write legal documents in a style that is peculiarly time-warped. It is traditional; it is inculcated in law schools; [...] it is how they always write. Knowing no other style, they never pause to question it. What incentive is there to do so? (2006, p. 7).

Este tipo de linguagem apresenta particularismos a nível lexical, sintático, semântico e estilístico, manifestando um grau elevado de formalidade, pela sua natureza abstrata, pelo seu carácter impessoal e pela autoridade com que se exprime. É por isso que, maioritariamente, a linguagem jurídica é descrita como “wordy, unclear, pompous and dull” (Butt e Castle 2006, p.120).

A linguagem jurídica expõe, deste modo, uma linguagem específica e própria, com as suas expressões e termos com aceções distintas. Segundo Cao: “in translation, due to the differences in legal systems, many of the legal terms in one language do not correspond to terms in another, the problem of non-equivalence, a major source of difficulty in translation” (2007, p. 20).

Deste modo, a linguagem jurídica é, dentro de uma determinada língua, o produto especial da comunicação de um grupo ou setor de atividade (Cornu, 2000, p. 23). A linguagem jurídica tem uma função especial dentro da linguagem comum, ela é uma linguagem especializada e é entendida como “[d]ie Gesamtheit aller sprachlichen Mittel, die in einem fachlich begrenzbaren Kommunikationsbereich verwendet werden, um die Verständigung zwischen den in diesem Bereich tätigen Menschen zu gewährleisten” (Sandrini, 1999, p. 12) .

Este tipo de linguagem distingue-se das demais por ser uma linguagem heterogénea, composta pelas linguagens jurídicas das diferentes ordens nacionais e por fazer uso de termos jurídicos, em regra, nacionais e cujo conteúdo e alcance variam de Estado para Estado ou de ordem jurídica para ordem jurídica (Sandrini, 1999, p. 12). Há, então, uma transferência de uma língua para a outra, como se procede também à transferência de uma linguagem jurídica para outra e, consequentemente, a uma transferência transcultural (Weisflog, 1996, p. 43).

A especialidade da linguagem jurídica reside no reconhecimento de que a função reguladora do Direito se destina a todos os membros constitutivos da sociedade (generalidade e abstração dos textos normativos) e que, portanto, a linguagem jurídica também deve ser perceptível a todos os seus elementos (Pommer, 2006, p. 20).

Por conseguinte, cada vez mais é notória uma maior consciencialização deste tipo de textos que invadem o quotidiano das pessoas, ligada a um forte progresso a nível legal e de tornar mais claros os textos jurídicos.

2. *Vollmacht* como género textual

Neste universo que é a linguagem jurídica, mais exatamente dos inúmeros documentos que cumprem uma função específica, há a necessidade de classificar o género textual e, posteriormente, analisar o texto de partida, já que o objetivo do tradutor será transmitir a mensagem e o conteúdo do texto, não se resumindo, apenas, a passar o texto de uma língua para a outra.

Na área da tradução, os textos são classificados de acordo com a sua função, uma vez que esta é importante para a elaboração da tradução, tendo em consideração a sua forma e igualmente conteúdo.

Por conseguinte, este capítulo será dedicado a este género textual – definição e características – já que este tipo de texto apresenta uma intenção comunicativa, em situações específicas. Esta classificação será feita através da proposta de Reiß (1971) que assenta num modelo sobre as tipologias textuais com impacto na tradução. Reiß faz, igualmente, a distinção entre tipologias textuais e géneros textuais. Sendo que as tipologias textuais se referem à classificação de acordo com a função comunicativa, ao invés dos géneros textuais que fazem alusão às características linguísticas do texto

2.1 Conceito e definição

Antes de iniciar o processo de tradução propriamente dito, e sendo este o objeto principal deste projeto, torna-se imprescindível definir o presente género textual para que depois se possa proceder à análise das suas peculiaridades e dificuldades que possam vir a surgir durante a tarefa de traduzir.

Como o presente trabalho visa a análise do género textual *Vollmacht*, a sua definição será dada quer em alemão, a língua do texto de partida - quer em português, língua para a qual serão traduzidos os textos.

O dicionário jurídico online *rechtswoerterbuch*¹ define *Vollmacht* do seguinte modo:

Als Vollmacht wird eine durch Rechtsgeschäft erteilte Vertretungsmacht bezeichnet. Die Vollmacht betrifft dabei die Ermächtigung zum Handeln im fremden Namen.

Voraussetzung der Vollmacht ist eine Vollmachtserteilung. Sie stellt ein einseitiges Rechtsgeschäft des Vollmachtgebers dar, welches durch eine grundsätzlich formfreie, empfangsbedürftige Willenserklärung erfolgt.

Möglich ist eine ausdrückliche oder konkludente Willenserklärung gegenüber dem Bevollmächtigten (sog. Innenvollmacht) oder gegenüber dem Geschäftsgegner (sog. Außenvollmacht).

Weiterhin gibt es die Möglichkeit, eine Vollmacht durch eine bewusste Erklärung an die Öffentlichkeit (z.B. durch öffentliche Bekanntmachung) zu erteilen.

[A procuração é designada como um negócio jurídico concedendo poderes de representação. A procuração diz respeito à autorização para agir em nome de outrem.

¹ *Vollmacht*, Disponível em <http://www.rechtswoerterbuch.de/recht/v/vollmacht/> [Consultado a 16/03/2016]

A condição prévia da procuração é uma concessão de poderes. Esta representa um ato jurídico unilateral do mandante que é realizado através de uma declaração de vontade que carece de receção e que, em princípio, não tem uma forma fixa.

Outra possibilidade é um acordo formal expresso ou implícito perante o mandatário (assim chamada procuração interna) ou perante o oponente do negócio (assim chamado de procuração exterior).

Além disso, há a possibilidade de conceder uma procuração através de uma declaração consciente para o público (por exemplo através de um aviso ao público).]

Do código civil alemão, na secção 5, nomeadamente desde o artigo 167 ao artigo 181 constam os tópicos relativos a *Vollmacht*, tais como: *Wirkung der Erklärung des Vertreters* (Efeito da declaração do representante); *beschränkt geschäftsfähiger Vertreter* (Representante com capacidade jurídica limitada); *Willensmängel* (vício do consentimento); *Wissenszurechnung* (Conhecimento imputado); *Erteilung der Vollmacht* (Atribuição da procuração); *Erlöschen der Vollmacht* (Extinção da procuração); *Vollmacht des Beauftragten und des geschäftsführenden Gesellschafters* (Autoridade do representante autorizado e do sócio-gerente); *Wirkungsdauer der Vollmacht* (Duração da procuração); *Wirkungsdauer bei Kundgebung* (Duração da manifestação); *Vollmachtsurkunde* (Declaração de autorização); *Wirkungsdauer bei Kenntnis und fahrlässiger Unkenntnis* (Duração em caso de conhecimento e negligência); *Einseitiges Rechtsgeschäft eines Bevollmächtigten* (Negócio jurídico unilateral por um representante autorizado); *Rückgabe der Vollmachtsurkunde* (Retorno da declaração de autorização); *Kraftloserklärung der Vollmachtsurkunde* (Declaração de nulidade da declaração de autorização); *Vertragsschluss durch Vertreter ohne Vertretungsmacht* (Contrato de um representante sem poderes de representação); *Widerrufsrecht des anderen Teils* (Direito de revogação da outra parte); *Haftung des Vertreters ohne Vertretungsmacht* (A responsabilidade de um representante sem poderes de representação); *Einseitiges Rechtsgeschäft* (Negócios jurídicos unilaterais); *Insichgeschäft* (transação em benefício próprio);

Já em Portugal, segundo o código civil português, nomeadamente o:

Artigo 262.º - Procuração

1. Diz-se procuração o acto pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes representativos.

2. Salvo disposição legal em contrário, a procuração revestirá a forma exigida para o negócio que o procurador deva realizar.

O código civil português apresenta, ainda, na subsecção VI, na divisão II relativamente à representação voluntária, uma série de normas que regem a procuração. Do artigo 262.º ao artigo 269.º encontramos não só a definição de “procuração”, mas também as normas referentes à capacidade e substituição do procurador, extinção da procuração, proteção de terceiros, restituição do documento da representação, representação sem poderes e abuso de poder. No artigo 1179.º, relativamente à revogação ou renúncia à procuração e artigo 1621.º referente à revogação e caducidade da mesma.

Quer o Direito alemão, quer o Direito português, nesta matéria, dispõem de normas muito semelhantes entre si, ou não fosse o direito português derivar do direito germânico. Podemos,

então, resumidamente, afirmar que *Vollmacht* não é mais que uma declaração pela qual alguém atribui, de forma voluntária, a outrem poderes representativos. Trata-se, claramente, de um negócio jurídico realizado pelo representante em nome do representado, nos limites dos poderes que lhe competem, produz os seus efeitos na esfera jurídica deste último. Para além disso:

a procuração pode ser verbal ou escrita, consoante os negócios a concluir sejam consensuais ou requeiram forma escrita; quando para estes se exija escritura pública, aquela pode assumir a forma de instrumento público, documento escrito e assinado pelo representado com reconhecimento presencial da letra e assinatura ou por documento autenticado.²

Há, ainda, que ter em conta os diferentes tipos de procuração em ambas as línguas em análise. Ora vejamos, em português:

A procuração forense é um documento no qual um mandante transfere para um advogado ou solicitador o poder de o representar legalmente. A procuração forense poderá conferir poderes gerais ou poderes especiais ao mandatado, consoante a vontade do mandante.

Relativamente aos poderes conferidos, estes subdividem-se em poderes gerais onde:

O mandante confere poderes gerais ao mandatário para o representar em qualquer acção ou acto. Geralmente os poderes gerais são designados como “os mais amplos poderes forenses em direito permitidos”.

E em poderes especiais:

O mandante confere ao mandatário para este confessar, transigir, desistir sobre o objeto da acção.

Para este tipo de documento não ser considerado nulo, a procuração deve apresentar:

Nome completo, estado, naturalidade e residência do(s) outorgante(s)/mandante(s).

Dia, mês, ano e lugar em que foi outorgada.

A referência, pelo advogado constituído mandatário, à forma como por si próprio foi verificada a identidade do(s) outorgante(s).

A assinatura do mandante e do próprio advogado mandatado, na qualidade (notarial) de certificante do referido modo de verificação da identidade do mandante.³

É, igualmente, importante, salientar o facto de que não é necessária a intervenção notarial para este tipo de texto, podendo as procurações serem efetuadas nos escritórios de advogados através de documento particular.

Por outro lado, na língua alemã há, também, diferentes tipos de *Vollmacht*. É, importante, referir que, em alemão, existe um leque mais variado deste género textual, como por exemplo: *Generalvollmacht* (correspondente a *Procuração geral*, em português)

² Disponível em: <http://www.notarios.pt/NR/rdonlyres/B1376450-518B-446D-9815-18CBBAB69B5D/316/ParecersobreProcura%C3%A7%C3%B5estimbrado.pdf> [Consultado a 22-03-2016]

³ <http://www.online24.pt/procuracao-forense/> [Consultado a 22-03-2016]

Die Generalvollmacht ist die umfassendste Handlungsvollmacht und bezieht sich auf den gesamten Betrieb. Sie berechtigt zur Vornahme aller Rechtsgeschäfte, die normalerweise in dem Betrieb anfallen.⁴

Há ainda, *Handlungsvollmacht* (correspondente, em português, a *Procuração de responsabilidade comercial*)

Eine Handlungsvollmacht ist eine vom Inhaber oder Geschäftsführer eines Unternehmens an einen Beschäftigten erteilte Vollmacht. Sie berechtigt diesen, alle Geschäfte, die der Betrieb eines solchen Handelsgewerbes normalerweise mit sich bringt, im Namen des Unternehmens vorzunehmen. Die Handlungsvollmacht gibt ihrem Berechtigten weniger Befugnisse als dem Inhaber einer Prokura.⁵

Na língua alemã, há ainda as procurações *Vorsorgevollmacht* (DE) – *Procuração de cuidados de saúde / de assistência à saúde* (PT) e *Inkassovollmacht* (DE) – *Procuração de cobrança de dívida* (PT). Este tipo de géneros textuais foram analisados nas aulas de Práticas Avançadas de Tradução de Alemão. No entanto, neste projeto será comentada, igualmente, uma procuração de cuidados de saúde.

Neste projeto serão traduzidas procurações da língua alemã para a língua portuguesa. No âmbito deste trabalho serão abordados os seguintes géneros textuais:

- *Generalvollmacht*
- *Generalvollmacht mit Substitutionsbefugnis*
- *General- und Vorsorgevollmacht*

2.2 Tipologia Textual

Este subcapítulo surge da necessidade de agrupar os textos tendo em conta as suas características específicas, para que o tradutor possa, deste modo, ter o seu trabalho mais facilitado, pois saberá, desde logo, a finalidade do documento ou, neste caso em particular, da tradução.

No início da década de 1970, a tradutologia começou a ver no texto a unidade de tradução a considerar, deixando de parte a palavra ou a frase. O texto passa, assim, a ser perspetivado enquanto unidade significativa empregue numa determinada situação comunicativa, com uma determinada função, espelhando uma determinada intenção comunicativa e visando um determinado efeito (Bernardo, 2009:640).

Katharina Reiß, linguista e tradutora alemã, elaborou um modelo funcional de tipologias textuais orientadas para a tradução. Este modelo (1976) surgiu da necessidade de considerar os textos como uma unidade maior para os classificar posteriormente em géneros textuais, contrariamente aos antigos modelos que analisam a semântica e a sintática dos textos a nível das frases (Bernardo, 2009, pp. 641ss).

⁴ *Generalvollmacht*. Disponível em: <http://www.wirtschaftslexikon.co/d/handlungsvollmacht/handlungsvollmacht.htm> [Consultado a 22-03-2016]

⁵ *Handlungsvollmacht*. Disponível em: <http://www.wirtschaftslexikon.co/d/handlungsvollmacht/handlungsvollmacht.htm> [Consultado a 22-03-2016]

Esta linguista alemã defende a importante ideia de que o tradutor deveria começar a sua tradução, determinando o tipo de texto com base no seu contexto, para poder assim preservar os elementos do texto original na tradução. Reiß chega mesmo a afirmar que a tipologia textual influencia a metodologia de tradução escolhida pelo tradutor devido às peculiaridades do texto, não descurando a função do texto que tem de ser mantida igualmente no texto de chegada.

Este modelo tipológico que Reiß foi desenvolvendo e aprimorando ao longo dos anos, é o modelo mais abrangente e mais diversificado.

Jeremy Munday (2001), linguista e tradutor britânico, autor da obra *Introducing Translation Studies: theories and applications*, descreve, apoiado por diversas teorias, a análise do discurso e o papel do tradutor. Munday apresenta, ainda, diversos modelos de tipologia textual, entre os quais o de Reiß.

Relativamente à tipologia textual, Munday apoia-se no trabalho de Katharina Reiß. Esta autora relaciona diferentes funções da linguagem a tipos textuais e estratégias de tradução. Ela defende três principais funções da linguagem: função informativa, em que o conteúdo é o grande foco da comunicação; função expressiva, em que o autor e a forma da mensagem têm maior destaque; e função apelativa, centrada na intenção de persuadir o receptor. A autora refere ainda uma quarta função (audiomedial) que não será aqui objeto de análise. Esta classificação de tipos de texto é importante para que o tradutor possa estabelecer a respetiva função do texto, aspeto fundamental que tradutor deve ter em conta, na hora de traduzir, de forma a garantir a qualidade e veracidade da tradução.

Os textos informativos são escritos por um ou mais autores, cujo público-alvo também é mais alargado e abrangente. Trata-se de opiniões, notícias, conhecimentos, e o seu principal foco de comunicação é informativo. Os textos expressivos são aqueles que têm em mira a própria mensagem. Podem, igualmente, trazer informação sobre algum assunto, mas o seu teor é essencialmente artístico. No entanto, a sua estruturação é meramente estética. Essa preocupação a nível estético deverá ser transposta para o texto de chegada. Por sua vez, os textos operativos pretendem persuadir o leitor, levando-o a agir. Para tal, nas traduções, podem surgir alterações relativamente ao seu conteúdo ou até nas características estilísticas. O texto age antes de mais sobre a vontade e os sentimentos, dirige-se aos afetos e às emoções e procura desencadear uma “ resposta ativa” no diálogo da reação ou da ação verbal ou não verbal junto do recetor (Reiß, 1983, p. 35).

O audiomedial, um outro tipo de texto, engloba conteúdos como por exemplo filmes, anúncios visuais e orais. Trata-se de textos fixados por escrito que atingem o recetor pelo ouvido e de textos que dependem de meios *técnicos* para a sua difusão. As condições particulares do meio técnico ou da sua interação com outros elementos não verbais são decisivas quer para a estruturação textual na língua de partida, quer para as decisões tradutórias (Reiß, 1983, p.15). Apesar de ser mencionado, este tipo de texto não se encontra apresentado na tabela (ver Tabela 1).

Esta divisão dos tipos de texto consoante as funções básicas da linguagem tem sido alvo de críticas, pois muitas vezes um só texto pode conter várias funções da linguagem, não sendo possível determinar com clareza qual a função predominante.

No entanto, esta tipologia desenvolvida por Reiß vai mais além, ou seja, o tipo de texto constitui um dos fundamentos específicos que em perfeita simbiose com a função da tradução vai determinar o método de tradução.

A seguinte tabela apresenta a distinção feita por Reiß, tendo em consideração a função e a dimensão textual para classificar o texto em questão no respetivo tipo. Seguem também exemplos de texto segundo essa mesma função do texto bem como o objetivo do texto de chegada e os respetivos métodos de tradução adequados a cada tipo de texto.

Tipo de texto	Função linguística	Dimensão	Enfoque textual	Exemplos de textos (Gêneros textuais)	Objetivo do texto de chegada	Método de tradução
Informativo	Informativa, representativa (representação de objetos e factos)	Lógica	Centrado no conteúdo	Relatórios, manuais de instruções, documentos oficiais, comentários	Transmitir o conteúdo referencial e conceitual	"Prosa simples", explicitação conforme necessário
Expressivo	Expressiva (exprimindo a atitude do remetente)	Estética	Centrado na forma; focado no remetente	Romances, poesia, peças de teatro, comédia, biografia	Transmitir a forma estética	Método de "identificação, adotar a perspectiva do autor do texto de partida
Operativo	Apelativa, persuasiva (apelar ao recetor do texto)	Dialógica	Centrado no apelo; focado no recetor	Sermão, propaganda, anúncios, sátira, panfleto	Eliciar a resposta desejada	"Adaptável", efeito equivalente

Tabela 1: Modelo de Reiß adaptado de Munday (2001, p. 74)

Ora vejamos então os pontos de partida de Reiß: por um lado, as três funções principais da linguagem – a informativa, a expressiva e a apelativa que conferem ao texto uma determinada estruturação formal (Reiß, 1983: 17) e, por outro, a função comunicativa do texto, a manter na língua de chegada, a qual constitui para Reiß "*oberstes Gebot für die Übersetzung*" [a norma suprema para a tradução] (Reiß, 1983, p.20).

Fundamentado, ainda, por Reiß, Munday menciona que cada tipo textual (informativo, expressivo, operativo) possui uma função predominante, e é devido a esta função que ele é categorizado como tal. Desta maneira, os métodos de tradução variam, então, de acordo com o tipo do texto tratado.

Neste seguimento, podemos afirmar que o género textual *Vollmacht* (procuração) insere-se, claramente, no tipo de texto informativo, pois não tem qualquer teor estético e expressivo nem persuasivo, mas sim um conteúdo informativo que deve ter compreendido pelo recetor para que, neste caso, possa interceder e fazer-se representar pelo mandante. Contudo, não podemos comparar este género textual a uma notícia. De facto, a procuração possui mais que uma função informativa. Será informativa para terceiros, mas para aquele a quem é conferida a procuração tem uma função de conferir poder. Este género textual permite constatar a insuficiência do modelo de Reiß.

Conseguimos, ainda, detetar neste género textual fraseologias e expressões próprias que ajudam na classificação relativamente à sua tipologia textual, como por exemplo:

Alemão	Português
<i>hiermit bevollmächtigte ich (...),</i>	<i>nomeia e constitui seu bastante procurador (...),</i>
<i>Erteilung von erforderlichen Untervollmachten (...)</i>	<i>delegação de outras possíveis autorizações (substabelecimento) (...)</i>
<i>weitgehende prozessuale Vertretungsrechte (...)</i>	<i>amplos poderes forenses em Direito permitidos (...)</i>
<i>erfasst auch den Vergleich, Verzicht und Anerkenntnis sowie alle weiteren Handlungen, die für die ordnungsgemäße Mandatsausführung erforderlich sind (...)</i>	<i>incluindo ainda os poderes especiais para confessar, desistir, transigir, e em geral, tudo o que for necessário (...)</i>
<i>es besteht auch die Befugnis der Gewährung von Untervollmacht (...)</i>	<i>possibilidade de concessão de poderes a terceiros (...)</i>

Tabela 2: Fraseologias e expressões próprias do género textual Vollmacht

De salientar também o tipo de linguagem empregue neste género textual, uma linguagem concisa, objetiva, clara, recorrendo a verbos e nomes declarativos.

Munday invoca também os critérios intralinguísticos e extralinguísticos de adequação do texto de chegada definidos por Reiß que englobam aspetos gramaticais assim como *implicações afetivas*, mas evidencia que a importância destes mesmos critérios varia de acordo com o tipo de texto.

Em suma, de acordo com a abordagem de Munday, baseado no modelo de Reiß, este género textual em questão pode-se classificar como um texto informativo. O objetivo primário é, então, a transmissão de informação sem qualquer teor estético ou persuasivo.

Um outro autor que será pertinente abordar nesta temática que incide nas tipologias textuais é Borja (cit. em Albir 2001, p.502) que distingue mais de trinte e sete géneros jurídicos, procedendo às respetivas categorias.

CATEGORIA SUPRAGENERICA	FUNCION	TONO	GÉNEROS
Textos normativos	Instructiva	Hiperformal	Constitución Estatutos de autonomía Leyes orgánicas y ordinarias Decretos Reglamentos
Jurisprudencia	Instructiva + argumentativa	Hiperformal	Sentencias del Tribunal Supremo y del Tribunal Constitucional recogidas en repertorios y en el BOE
Textos judiciales	Instructiva + expositiva (narrativa) + argumentativa	Muy formal	Denuncia Demanda, querrela Peticiones Providencias, autos Sentencias Solicitud de aclaración de sentencias Oficios, exposiciones Exhortos, suplicatorios Cartas-orden, mandamientos, notificaciones, requerimientos
Textos de aplicación del derecho (público y privado)	Instructiva	Formal	Contratos Testamentos Cartas legales Informes legales Escrituras Documentos notariales etc.
Obras de referencia	Expositiva (conceptual y descriptiva)	Formal	Diccionarios bilingües Diccionarios monolingües Diccionarios enciclopédicos Enciclopedias Diccionarios de máximas latinas Diccionarios especializados Formularios Directorios y repertorios profesionales
Textos	Argumentativa	Formal	Manuales

Tabela 3: Classificação dos géneros textuais jurídicos de Borja (cit. em Albir)

Apesar de não estar implícito, podemos deduzir que, através da função e do tom, o gênero textual em análise se insere na categoria dos “textos de aplicação do direito (público e privado), no qual o tom é predominantemente formal.

A *Vollmacht* é um gênero textual que prima por uma função instrutiva, isto é, trata-se de um documento que tem como objetivo dar a conhecer e/ou reconhecer outrem na representação de poderes. Pode, também, enquadrar-se quer no direito privado quer público. Quando falamos em direito público, referimo-nos às escrituras, por exemplo. No entanto, estas necessitam de ser autenticadas pelo Notário. Por sua vez, as procurações que se encaixam no direito privado são aquelas que não precisam da presença notarial.

Esta classificação revela-se importante para o tradutor, pois este terá que ter em atenção, no processo tradutivo, na manutenção do tom do texto original. É, no entanto, importante salientar que o tom não é um elemento distintivo básico, uma vez que este tipo de textos se dirigem a um destinatário particular e específico e, como tal, precisam de uma pessoa com amplos conhecimentos jurídicos que os possa, devidamente, interpretar.

Ao nível da tipologia textual deste domínio em questão, quer a abordagem de Reiß quer a abordagem de Borja vêm complementar-se uma à outra. A perspetiva da autora alemã remete-nos para uma tipologia textual informativa. Trata-se nada mais nada menos que uma primeira abordagem, uma orientação que nos permite, a nós, tradutores, chegar ao método de tradução. Desta maneira, Reiß parte de um princípio muito genérico. Contudo, a procuração é mais do que isso. É, pois, um negócio jurídico onde são conferidos poderes de uma pessoa (ou pessoas) a outrem. Neste seguimento, surge-nos a conceção de Borja que é mais específica. Por sua vez, esta autora remete-nos aos subgêneros jurídicos, mencionando a importância e as características de cada um, como por exemplo a nível da função e do tom.

A procuração é, pois, um documento que para além de ser informativo é, acima de tudo jurídico, não se podendo descurar o seu tom e a sua função, pois a mensagem tem de ser passada de forma precisa e exata, daí a sua importância na classificação relativamente à tipologia textual.

2.3 Análise da estrutura textual

Neste capítulo, e nos subcapítulos seguintes serão abordados o gênero textual *Vollmacht* tendo por base os textos de partida do presente projeto. A análise será elaborada em duas vertentes: a nível macro e microestrutural. Isto é, relativamente à coerência e coesão textual.

Neste sentido, o ponto de partida teórico são os conceitos apresentados por van Dijk de microestruturas (estruturas de orações e de sequências de texto que cumprem condições de coesão) e macroestruturas (estruturas do texto de ordem global).

2.3.1 Macroestrutura textual

Muitos autores debruçaram-se sobre a noção de macroestrutura textual, tal como Susanne Göpferich (1995: 217):

Die Makrostruktur einer Fachtextsorte ist das konventionalisierte Textablaufschema, das aus einer hierarchischen, aber in Grenzen flexiblen Anordnung

inhaltlich und funktional invarianter Textelemente zur gedanklich-sprachlichen Entfaltung eines fachbezogenen Themas besteht und das strukturelle Gerüst einer Fachtextsorte bildet.

[A macroestrutura de um género textual especializado é o esquema convencionado da sequência do texto, que consiste numa estrutura hierárquica, mas relativamente flexível de elementos textuais de conteúdo e função invariantes para o desenvolvimento conceptual e verbal de um tema especializado e que compõe o modelo estrutural de um género de texto especializado.]

É este tipo de estrutura que corresponde ao conteúdo global possuindo uma sequência discursiva que permite assim a coerência global de um texto.

Quando confrontados com macroestruturas, os linguistas analisam a linha geral de pensamento de texto, ou seja, a relação lógica entre ideias (apoiando-se em mecanismos formais) assim como a sequência de passagens típicas para o respetivo género textual. É bastante notória uma grande flexibilidade na variedade de macroestruturas relativas a um determinado género textual. Mas, quanto mais técnico for um texto, menos flexível é a sua macroestrutura (Göpferich 1995: 299 ss.).

Neste género textual, a organização não é de todo rígida mas, de certa maneira, particular. Comparando vários textos deste mesmo género textual, nota-se que estes são muito similares na sua macroestrutura.

Como base para a análise da macroestrutura textual, seguem-se os seguintes exemplos que se encontraram compilados nos anexos (Anexo I a IV).

No exemplo do texto de partida 1 (ver anexo I), na primeira página, no topo, é referida a entidade que emitiu o respetivo documento, normalmente, mediante a designação e o logótipo da instituição. De seguida, é-nos apresentado o teor do documento bem como o lugar em que a procuração foi emitida. Em outros casos (ver anexo III), o lugar é mencionado no final do documento. Por sua vez, há casos em que a data nem sequer consta no documento (ver anexo V). É importante salientar que, por questões de confidencialidade, algumas informações foram omitidas no texto de partida e, conseqüentemente, no texto de chegada.

Na segunda página, do mesmo documento, no topo podemos encontrar o número do registo do documento bem como a data em que o mesmo foi produzido. No parágrafo logo a seguir, é mencionado o título do documento, nestes casos em questão, é-nos referido o seu conteúdo específico: ver anexo I: *Ausfertigung einer Urkunde des Notars*; ver anexo III: *Generalvollmacht mit Substitutionsbefugnis*; ver anexo V: *I. General- und Vorsorgevollmacht*.

Até aqui a macroestrutura é igual nestes casos, no entanto, este género textual mostra alguma flexibilidade na disposição das informações a conter. Ou seja, depois dos aspetos supramencionados, as procurações podem ser elaboradas expondo:

Aspetos/Conteúdos	Exemplos
1. a data e o local em que foi celebrada	<i>Verhandelt zu [...], am [...]</i> (ver anexo I)
2. identificação dos intervenientes, ou seja, a menção ao emissor do documento (mandante) e ao destinatário do documento (mandatário), acompanhando a respetiva identificação com a nacionalidade, profissão, estado civil e residência	<i>beide wohnhaft in [...]</i> (ver anexo I); <i>Vorname, Name, Geburtsdatum, Bürgerort bzw. Staatsangehörigkeit, Wohnadresse mit Postleitzahl/Ort</i> (ver anexo III).
3. Surgimento, aquando da elaboração da procuração, da confirmação por parte do notário da autenticidade da mesma	<i>Vor mir, [...] Notar in [...]</i> (ver anexo I)

Tabela 4: Aspetos/Conteúdos presentes no género textual *Vollmacht*

É de salientar que este género textual é, igualmente, descritivo e, consequentemente, mais específico. Por outras palavras:

Especificidades	Exemplos
1. Autorização do (s) mandate (s) ao (s) mandatário (s)	<i>„Die Erschienenen erklärten zur Beurkundung: Wir bevollmächtigen uns [...]“</i> (ver anexo I); <i>„(...) ernennt ihre Nichte, [...] zu ihrem/n Generalbevollmächtigten in allen ihren Angelegenheiten, in denen eine rechtsgeschäftliche Vertretung möglich ist (...)“</i> (ver anexo III); <i>„(1) Ich, die Erschienene, Frau [...] Vollmachtgeber erteile hiermit meiner Tochter Frau [...] geb [...] geboren am [...] Bevollmächtigt (...)“</i> (ver anexo V)
2. Descrição dos poderes conferidos do mandate a outrem que o representante	<i>„Die Vollmacht berechtigt insbesondere zur Verfügung über Vermögensgegenstände jeder Art, [...]“</i> (ver anexo I); <i>„Die bevollmächtigte(n) Person(en) ist/sind kraft dieser Vollmacht befugt, die vollmachtgebende Person vor allen Behörden der Verwaltung [...]“</i> (ver anexo III).
3. Flexibilidade das disposição informativas (pode ainda conter uma parte introdutória que refere a finalidade da procuração e, de uma forma geral, a autorização do mandante dos poderes conferidos ao mandatário)	<i>„Vollmacht zur Besorgung aller meiner Angelegenheiten in jeder denkbaren Richtung, insbesondere zur Besorgung [...]. Die Bevollmächtigte ist zu jeder Rechtshandlung, geschäftsähnlichen Handlung und sonstigen Handlung befugt, die ich selbst, [...] der für alle Angelegenheiten bestellt ist, gesetzlich für mich vornehmen kann“</i> (ver anexo V)

Tabela 5: Especificidades do género textual *Vollmacht*

Este tipo de texto apresenta-se constituído por vários parágrafos que se encontram inter-relacionados, respeitando uma ideia lógica e coerente. Geralmente, todos os parágrafos contêm frases bastante longas:

- *„Die Vollmachten und die ihnen zugrunde liegenden Rechtsverhältnisse (Grundverhältnis) bleiben gültig, wenn der Vollmachtgeber geschäftsunfähig geworden sein sollte oder wenn er nicht mehr lebt.“* (ver anexo I);
- *„Die vollmachtgebende Person anerkennt hiermit alle gestützt auf diese Generalvollmacht vorgenommenen Rechtshandlungen und Rechtsgeschäfte der bevollmächtigten Person(en) oder ihres Vertreters als für sie jederzeit rechtsverbindlich.“* (ver anexo III);
- *„(2) Die Vollmacht berechtigt insbesondere auch, mich in allen persönlichen Angelegenheiten zu vertreten, insbesondere einen Altenheim-, einen Pflegeheim- oder einen sonstigen Heimvertrag, einen Klinikvertrag, einen Pflege- und Betreuungsvertrag oder [...]“* (ver anexo V).

Tendo ainda em conta estes exemplos, podemos verificar que a parte introdutória deste género textual, na língua de partida, é composta por vários parágrafos que apenas constituem uma única frase. Na primeira parte, no texto de partida 1, a data e o local da celebração do documento é mencionada, seguido da apresentação dos intervenientes da procuração com os respetivos documentos de identificação perante o notário, já que se trata de uma cópia de um ato do notário. Por sua vez, no texto de partida 2 e no texto de partida 3, a primeira parte é constituída pela identificação do mandante e do mandatário e a nomeação deste último.

Seguidamente, em termos mais formais, e num só parágrafo, é referida a autorização para a representação e a concessão de poderes:

- *„Die Erschienenen erklärten zur Beurkundung: Wir bevollmächtigen uns gegenseitig widerruflich, so dass jeder Ehegatte jederzeit für den anderen Ehegatten handeln kann, [...]“* (ver anexo I);
- *„Die bevollmächtigte(n) Person(en) ist/sind kraft dieser Vollmacht befugt, die vollmachtgebende Person vor allen Behörden der Verwaltung und der streitigen und nichtstreitigen Gerichtsbarkeit [...]“* (ver anexo III);
- *„(2) Die Vollmacht berechtigt insbesondere auch, mich in allen persönlichen Angelegenheiten zu vertreten, insbesondere meinen Wohnsitz oder Aufenthaltsort zu bestimmen und über die Aufnahme in einem Krankenhaus oder der Unterbringung in einem Pflegeheim oder einer ähnlichen Einrichtung zu entscheiden“* (ver anexo V).

Depois dos poderes conferidos, são ainda relatadas as especificidades da vontade do mandante e a ação a adotar em casos particulares (*procuração de substabelecimento*), a situação das relações jurídicas subjacentes. É, ainda, referida a validade dos poderes do mandatário e, com isso, da procuração.

No caso do texto de partida 3, ao contrário dos outros textos, a procuração apresenta-se enumerada, isto é, cada parte corresponde a um teor a designar. Ora vejamos, dentro do grupo

I, do ponto um, número 1 consta a identificação dos intervenientes bem como a autorização do mandate ao mandatário e o teor, de forma sucinta, da procuração. Seguidamente, no número dois há a descrição dos poderes que são conferidos. No número três, faz-se alusão aos artigos do código civil bem como às restrições. Já no ponto 2 refere-se a questão da eficácia da procuração, a sua revogação e, ainda, a questão de procuração de substabelecimento. No grupo III, há a menção de que o mandatário foi informado e, consequentemente, autorizado dos seus direitos e poderes e, também dos riscos do uso abusivo. Finalmente, no grupo III, há a referência à assinatura dos intervenientes e a devida emissão das cópias do documento em questão aos intervenientes.

Finalmente, na última parte, é apresentada a confirmação da leitura, a aprovação e as assinaturas do mandante e do mandatário, ainda, a autenticação formal, o local e a data da emissão do referido documento. A verdade é que nestes exemplos, em particular, estes aspetos não necessitam de se apresentar por esta ordem rígida, visto que este género textual manifesta uma maior flexibilidade no que toca às disposições das informações. No entanto, é importante salientar que a pontuação, neste caso particular a utilização de vírgulas, cumpre um papel essencial para manter a coerência textual, já que se trata de um tipo de texto, maioritariamente, descritivo.

Este género textual apresenta-se com vários parágrafos e com partes muito longas, devido a critérios formais. Em suma, trata-se de um texto simples e acessível que, primeiramente, expõe um texto descritivo onde qualifica as partes que participaram desse negócio jurídico e, posteriormente, descreve os poderes conferidos pelo mandante, através do presente instrumento, ao mandatário para que este o represente.

Esta estrutura linguística padronizada não constitui qualquer tipo de entrave à sua compreensão, clareza e objetivo. Sendo por excelência um tipo de documento muito simples, uma vez que não recorre a efeitos estéticos, ou seja, a diferentes estilos tipográficos (p. ex. tipo de letra, tamanho da fonte, estilo negrito e itálico). Só o título do documento é enfatizado, ora colocado em maiúsculas (ver anexo I) ora a negrito com o tamanho da letra ligeiramente maior do que no resto do texto (ver anexo III e anexo V).

Destaca-se, igualmente, o recurso à apostila. O conceito de *apostila* é-nos fornecido pelo sítio do ministério público português:⁶

É uma certificação da autenticidade de atos públicos: uma formalidade pela qual uma autoridade competente do Estado Português reconhece e atesta a assinatura e a qualidade em que o signatário do ato público atuou e, sendo caso disso, a autenticidade do respetivo selo ou carimbo (artigo 2.º, Regulamento do Serviço de Apostila).

Podemos constatar este recurso no texto de partida 1, já que se trata de um documento emitido pelo notário e, consequentemente, necessita da autenticidade formal que lhe é exigido.

Para melhor percebermos as informações que devem constar numa procuração, segue, em seguida, uma tabela. Vejamos:

⁶ *Apostila*, Disponível em: <http://www.ministeriopublico.pt/faq/o-que-e-apostila> [Consultado a 20/04/2016]

	Informações a conter na <i>Vollmacht</i>
1.º	Designação do tipo de procuração
2.º	Identificação das pessoas envolvidas (documento de identificação pessoal, nome completo, data de nascimento, morada, profissão, etc.)
3.º	Finalidade ou objeto da procuração
4.º	Enumeração dos poderes conferidos. Explicitação dos atos que podem ser praticados pelo representante. É aconselhável que se especifique quais os poderes e atos que o representante está autorizado a praticar. Há, ainda, os poderes especiais que fornecem autorizações ao mandatário para que este possa transigir, desistir e confessar em nome do mandante
5.º	Possibilidade de procuração de substabelecimento: <i>Untervollmacht</i>
6.º	Local, data e assinatura dos intervenientes e apostilha. Note-se que a data em que o documento foi lavrado revela-se importante, uma vez que serve para a validação da procuração, isto é, o momento a partir do qual a procuração começa a produzir os efeitos

Tabela 6: Tabela das informações a conter na *Vollmacht*

2.3.2 Microestrutura textual

Por sua vez, a microestrutura textual remete para características mais detalhadas e específicas com uma certa autonomia de funcionamento:

já que têm expressão direta nos enunciados constitutivos do texto; as microestruturas determinam e são determinadas pelas macroestruturas.⁷

Apresenta, por conseguinte, regularidades específicas que visam a coesão textual, englobando assim articulações gramaticais existentes entre as palavras. É construída através de mecanismos gramaticais, que definem as relações entre frases e sequência de frases assim como no interior das mesmas, lexicais e morfológicas.

Apesar do objetivo fulcral deste género textual ser a transmissão de informação, este género textual apresenta-se constituído por frases por vezes longas e complexas, devido, a nível de sintaxe, às orações subordinadas.

É de salientar que a transmissão de informação é o objetivo central deste género textual. No entanto, e contrariamente ao que se espera, os respetivos textos são constituídos, por norma, por uma (s) frase (s) longa (s) e complexa(s), recorrendo a orações subordinadas relativas e explicativas. Predominam, ainda, as orações infinitivas em alemão. Trata-se de orações sem sujeito expreso e com o verbo no infinitivo. Neste caso em concreto, são orações finais. Ora vejamos:

⁷ Ciberdúvidas <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/microestruturas-macroestruturas-e-superestruturas-textuais/26266> [Consultado a 19/10/2016]

	Orações Infinitivas
Anexo I	„[...] einen jeden von uns, soweit gesetzlich zulässig, in dem vorstehendbeschriebenen sachlichen Rahmen <u>zu vertreten</u> .“ "Jedem Bevollmächtigten ist sofort eine Ausfertigung dieser Urkunde <u>zu erteilen</u> ."
Anexo III	„[...] selverpflichtungen einzugehen und solche <u>zu erfüllen</u> , im Falle von Zwangsvollstreckungen [...]“ „[...] <u>zu erklären</u> , auch andere Rechtsmittel <u>zu ergreifen</u> , die Streitgegenstände [...]“
Anexo V	„[...] über meine etwaige Mietwohnung aufzulösen sowie meine Wohnungseinrichtung <u>zu veräußern</u> , [...]“ „[...] meinen Wohnsitz oder Aufenthaltsort <u>zu bestimmen</u> und über die Aufnahme [...]“

Tabela 7: Recurso às orações infinitivas neste gênero textual

O estudo da sintaxe ajuda-nos a interpretar melhor os textos, permitindo compreender melhor as possibilidades de estruturação dos enunciados.

Ainda dentro do ramo da sintaxe, a pontuação surge como um elemento muito importante não só para quem redige a procuração, mas também para o tradutor. Importa frisar que a pontuação, neste caso particular a utilização de vírgulas, cumpre um papel essencial para manter a coerência textual. É de notar que neste gênero textual o uso constante da vírgula e até mesmo do ponto e vírgula (ver anexo V) está associado ao uso, por excelência, da figura de estilo enumeração.

Muitas vezes, nas procurações, devido a questões formais, as frases não surgem de forma linear, ou seja, em certos casos o predicado não é identificado como tal porque não aparece na mesma linha, isto é, os vários constituintes da frase encontram-se, deste modo, separados por vários parágrafos. Por outras palavras, trata-se de frases que não contêm uma sequência linear, mas contêm elementos destacados, o que pode dificultar a identificação do predicado, especialmente nos casos em que o predicado é constituído por mais que um termo. Esta especificidade pode constituir um entrave à compreensão do tradutor, porém, este deve, à priori, dominar essas características.

Relativamente ao léxico, isto é, à compilação de palavras de uma língua, podemos apresentar alguns termos próprios deste gênero textual. Ora vejamos:

Alemão	Português
bevollmächtigt	autorizada
erfordlichen Maßnahmen	intervenções necessárias
Erteilung von erforderlichen Untervollmachten	delegação de outras possíveis autorizações (substabelecimento)
Hiermit bevollmächtige (n) ich/wir	por meio desta solicitamo/s
ist befugt / ermächtigt / befugt ...sein	está autorizada
Unterschrift des Zeichnungsberechtigten	assinatura de pessoa autorizada
vertreten	representar
vertreten durch	representada por
Vollmacht	Procuração
Vollmacht erteilen	conceder procuração

Vollmachtgeber	a outorgante desta procuração / mandante
Vollmachtnehmer	mandatário

Tabela 8: Extração de alguns termos próprios deste gênero textual

Outra característica fundamental neste gênero textual são os grupos nominais expandidos, tal como afirmam Herget e Alegre, 2014: “Os grupos nominais expandidos são comuns em textos de especialidade escritos, dado que permitem a condensação de informação relativa ao substantivo”.

Do ponto de vista formal, o grupo nominal apresenta, tal como foi caracterizado por Heringer, citado em Herget e Alegre (2014), uma estrutura em moldura balizada por um determinante/artigo e pelo respetivo núcleo/substantivo, abrindo-se assim dois campos passíveis de expansão através de atributos: um antes do substantivo, em posição pré-nominal, e outro após do substantivo, em posição pós-nominal.

É uma característica muito comum na língua alemã, cuja estrutura se baseia na apresentação, em primeiro lugar, do artigo, seguido dos atributos do nome e, por último o substantivo. Este tipo de estrutura coloca ao tradutor dificuldades na tarefa tradutológica uma vez que, em português, a sua estrutura não será possível de se manter. Os atributos virão depois do nome na língua portuguesa, recorre-se, então, a orações subordinadas se não à preposição “de”. Vejamos:

	Alemão (DE)	Português (PT)
Anexo I	<p>„[...] <u>Rechtsangelegenheiten in jeder denkbaren Richtung</u> zu vertreten.“;</p> <p>“Die Vollmachten und <u>die ihnen zugrunde liegenden Rechtsverhältnisse</u> (Grundverhältnis) bleiben gültig, wenn der Vollmachtgeber geschäftsunfähig geworden sein sollte oder wenn er nicht mehr lebt.“</p>	<p>„ [...] bem como representá-lo em todas as questões patrimoniais, fiscais e outros assuntos jurídicos <u>em todos os sentidos concebíveis</u>.“;</p> <p>„As procurações e as suas <u>relações jurídicas subjacentes</u> (relação fundamental) permanecem válidas, quando o mandante se tornar incapaz ou quando não estiver mais vivo.“</p>
Anexo III	<p>“ hiermit <u>alle gestützt auf diese Generalvollmacht vorgenommenen Rechtshandlungen und Rechtsgeschäfte</u> [...]“</p>	<p>„ [...]por este meio, [...] todos os negócios jurídicos e legais, com base nesta procuração [...]“;</p>
Anexo V	<p>„Die vorstehend in Absatz 2 enthaltene <u>Aufzählung</u> stellt keine Einschränkung der in Absatz 1 begründeten allgemeinen Vertretungsmacht dar, (...)“</p> <p>„(...)der vom <u>Bevollmächtigten getätigten</u> Geschäfte und Handlungen unberührt lässt (...)“</p>	<p>„ A enumeração contida no parágrafo 2, não constitui restrição do processo da representação legal, fundamentado no parágrafo 1, mas somente exemplo para isso [...]“</p> <p>“(…) um uso abusivo da eficácia <u>dos negócios desta representação do mandatário</u> (...)”</p>

Tabela 9: Grupos nominais presentes neste gênero textual bem com os particípios I e II (negrito).

No que respeita à moldura, o artigo pode apresentar várias formas: artigo definido, indefinido, demonstrativo, possessivo, interrogativo (ver Alegre e Herget, 2014).

Nesta tabela podemos observar como estes obstáculos são contornados na tradução de alemão para português.

Na *Vollmacht* é também notório o uso recorrente do advérbio *insbesondere*. Este advérbio adquire a designação de *especialmente; em especial; em particular*. Na descrição dos poderes conferidos, este advérbio mostra-se relevante pois o advérbio possui um significado jurídico muito próprio, uma vez que tem um sentido especificativo e indicativo com que se pretende particularizar algo ou alguém, de entre uma série de elementos indiscriminados de um conjunto, neste caso em concreto, um conjunto de poderes conferidos.

Há ainda, na descrição desses mesmos poderes, uma enumeração de verbos. Aqui segue a tabela com alguns exemplos:

	Verbos
Anexo I	„Die Erschienenen <u>erklärten</u> zur Beurkundung: [...]„(erklären)
Anexo III	„Die vollmachtgebende Person <u>anerkennt</u> hiermit alle gestützt auf diese Generalvollmacht [...]“ (anerkennen)
Anexo V	„ Die Vollmacht <u>berechtigt</u> insbesondere auch, mich in allen persönlichen Angelegenheiten [...]“; (berechtigen)

Tabela 10: Verbos mais usados neste género textual

Geralmente, os textos de partida são escritos num estilo pessoal (na primeira pessoa do singular ou plural, então, na terceira pessoa do singular e/ou plural). Trata-se de um género textual com um cunho pessoal bastante vincado ao contrário do que acontece com os outros textos jurídicos, como por exemplo os contratos ou até mesmo as certidões onde a linguagem impessoal prima por formulações pré-concebidas: *certifica-se, faz-se saber que*. Como se poderá verificar de seguida, este género textual é introduzido por formulações típicas, mas que podem modificar dependendo de quem o está a elaborar.

	Linguagem/ Estilo Pessoal
Anexo I	„ <u>Vor mir</u> , [...] Notar in [...]“; „ <u>Wir bevollmächtigen</u> uns gegenseitig widerruflich, [...]“
Anexo III	„Insbesondere ist/sind <u>die bevollmächtigte(n) Person(en) ermächtigt</u> , [...]“; „ <u>Die vollmachtgebende Person anerkennt</u> hiermit alle gestützt auf diese Generalvollmacht [...]“
Anexo V	„ <u>Die Erschienene bestätigt</u> , dass sie von der beurkundenden Notarin eingehend [...]“; „[...] eine Ausfertigung für die Bevollmächtigte <u>zu meinen Händen</u> .“

Tabela 11: Recurso ao uso pessoal neste género textual

É notório, igualmente, um leque enorme de palavras compostas neste género textual. O alemão é uma língua particular na formação do vocabulário. Uma das suas características é poder juntar palavras, através de uma palavra base, para formar outras palavras. Ou seja, a junção de duas ou mais palavras para formar uma só. Esta especificidade da língua alemã, que não acontece na língua portuguesa, permite, assim, evitar a repetição. Aqui, mais de que palavras compostas, há uma sequência de palavras constituídas pelo mesmo composto. A língua alemã permite, como estratégia de economia linguística, a substituição do composto repetido por um traço.

	Palavras compostas (DE)	Tradução para português (PT)
Anexo I	“ [...] sowie in allen <u>Vermögens—, Steuer— und sonstigen Rechtsangelegenheiten</u> in jeder denkbaren Richtung[...]“	“[...] bem como representá-lo em todas as <u>questões patrimoniais, fiscais e outros assuntos jurídicos</u> em todos os sentidos concebíveis. “
Anexo III	“ [...] <u>Strafklagen</u> zu erheben, <u>Steuererklärungen</u> abzugeben, [...]“	„ [...] a deduzir uma <u>ação penal</u> ; a entregar as <u>declarações fiscais</u> ”
Anexo V	“ [...] insbesondere zur Besorgung meiner <u>Vermögens-, Renten-, Kranken-, Pflegeversicherungs-, Sozialhilfe-, Versorgungs-, Steuer- und persönlichen Angelegenheiten.</u> “	„[...] em todos os meus assuntos em todos os domínios possíveis, em particular nos <u>assuntos relacionados com bens, rendas ou pensões, saúde, seguro para prestação de assistência/seguro de cuidados de saúde, assistência social, prestação de assistência, fiscais e pessoais.</u> ”

Tabela 12: Uso de palavras compostas neste género textual

Como já foi referido ao longo deste projeto, uma das características que torna a linguagem jurídica alemã complexa é o recurso abundante aos atributos alongados ou participiais que estão relacionados com os grupos nominais expandidos (Stolze, 1999, p. 55).

Tendo em conta a função do Direito, o tradutor jurídico deve, por isso, ter atenção e, consequentemente, uma responsabilidade acrescida na escolha das soluções.

Para análise da microestrutura não deixa de ser relevante o estudo dos atos de fala. Neste seguimento, a obra *Translating Law* de Debora Cao (2007) apresenta-se com um cariz mais teórico, dando especial atenção à linguagem jurídica e procurando fazer uma análise interdisciplinar (entre Linguística e Direito) da tradução jurídica. O tradutor jurídico é visto, assim, como produtor de atos de comunicação intercultural dentro do mundo do Direito.

Deste modo, Cao apoiada pelo modelo de Danet de 1980, no capítulo *The performative nature of legal language* classifica, em relação ao discurso jurídico, a linguagem jurídica em diferentes tipos de atos de fala. Deste modo, os atos de fala jurídicos consistem nas seguintes categorias:

Representatives which are utterances that commit the speaker to something being the case or assert the truth of a proposition, including testifying, swearing, asserting, claiming and stating;

Commissives, which commit the speaker to do something in the future, such as in contracts, marriage ceremonies and wills.

Expressives, which express the speakers' psychological state about or attitude to a proposition, including apologising, excusing, condemning, deploring, forgiving and blaming.

Declaratives, whose successful performance brings about a correspondence between their propositional content and reality, including marriage ceremonies, bills of sale, receipts, appointments, and nominations; and the legislative stipulation of rights and of definitions of concepts; lawyers' objections, sentences, and appellate opinions, indictments, confessions, pleas of guilty/not guilty, and verdicts. There is a sub-category of representative declarations for certain institutional situations, e.g. a judge making factual claims, requiring claims to be issued with the force of declaration, and this would require the speaker to have certain authority. This would cover marriage ceremony, bills of sale, appointment or nominations, legislative stipulation of rights and definition of concepts, indictments, confessions, pleas of guilty/not guilty, and verdicts.

Directives, which are future-oriented speech acts, seeking to change the world, to get someone to do something, most prominent in legislation that imposes obligations.

(Cao, 2007, pp.14-15)

Podemos, então, segundo Cao, afirmar que o género textual *Vollmacht* possui atos de fala declarativos, assertivos e comissivos. O ato de fala que aparece em primeira instância é o declarativo. A procuração nomeia alguém como representante de alguém “Wir bevollmächtigen uns gegenseitig widerruflich (...)”; “Ich erteile hiermit meiner Tochter (...)”. Os atos de fala assertivos são asserções que comprometem o orador a algo ou afirmam a verdade de uma proposição, incluindo a depor, jurando, afirmando, reivindicando e dizendo, como por exemplo: “Vor mir erschienen...”. Neste caso em concreto, trata-se de um ato de fala assertivo, uma vez que o notário afirma que tais pessoas comparecem para celebrar o acordo. Por sua vez, os atos de fala comissivos, presentes em contratos, comprometem o locutor a uma ação futura. Neste caso em específico, o locutor ou, melhor, o mandante, através do ato (*Vollmacht*), atribui a outrem (mandatário), voluntariamente, poderes representativos para que possa, no futuro, agir em seu nome e compromete-se a aceitar as escolhas e as decisões tomadas pelo mandatário. Deste modo, a natureza performativa da linguagem é indispensável à lei, já que o objetivo é o de regular o comportamento humano e o da sociedade e de propor obrigação, proibição e permissão.

Neste seguimentos, podemos também seleccionar um conjunto de verbos associados a cada ato de fala e que nos leva, conseqüentemente, a fazer a sua análise. Ora vejamos, um levantamento de verbos próprios destes atos de falar:

Verbos	Tradução
abschließen (Vergleich)	encerrar; acabar
abtreten (Erbteile)	demitir-se; retirar-se
anfechten (Verfügung)	contestar; recorrer
angeben (Steuererklärung)	indicar; designer
anknüpfen (Wirkung)	retomar; estabelecer
annehmen(Schiedsgerichte)	aceitar
auferlegen(Bevollmächtigen)	impor; infligir
auschlagen (Erbschaft)	recusar
befreien (Beschränkungen)	libertar; dispensar

belasten (Recht)	culpar; incriminar
bestatigen(Erschienenene)	confirmar
verfolgen (Pflichteilsrecht)	processar
verlangen (Vergütung)	exigir; reclamar; requerer
verpfanden (Erbteile)	empenhar
vorlegen (Vollmachtsurkunde)	apresentar
vornehmen (Rechtsgeschäft und Rechtshandlung)	propor-se; realizar

Tabela 13: Extrato de verbos referentes ao ato de fala assertivo

Alemão	Tradução
anerkennen (Steuereinschätzungen)	reconhecer
antreten (Erbschaften)	assumir; enfrentar
auswählen (Bevollmächtigen)	escolher; seleccionar
betrauen (Stellvertreter)	confiar
eingehen (Wechselverpflichtung)	assumir compromisso
entgegennehmen (Zahlungen)	aceitar; receber
erfüllen (Formalitäten)	cumprir
erheben (Strafklagen)	deduzir uma acusação
mitwirken (Erbaueinandersetzung)	colaborar em; cooperar em
Pflichten	cumprir (dever)
sich richten (Grundverhältnis)	orientar-se; reger-se
teilnehmen (Gläubigergemeinschaft)	participar
übertragen (Untervollmacht)	transferir; transmitir
überwachen (Betreuungsgericht)	controlar; vigiar
verpflichten (Vollmachtgeber)	obrigar; comprometer; assumir

Tabela 14: Extrato de verbos referentes ao ato de fala comissivo

3 Metodologia da tradução

Para iniciar este capítulo, é importante salientar a importância do seu teor através da seguinte citação:

Nothing is more difficult than to enter into the thought processes of another person and be able to rebuild his whole perspective in all its particularity ... And yet it is only when one can reconstruct the framework and how it operates in all its parts that one can claim to understand a work and its spirit. Formulating this general understanding in explicit terms is called characterizing, and this constitutes the task and essence of criticism.

(Friedrich Schlegel, 1804 apud Reiß, 2000, p.9).

Esta expressão demonstra a relevância da metodologia da tradução, isto é, a estratégia de traduzir, refere-se ao texto integral e depende da tipologia e do gênero textual assim como da finalidade da tradução. Neste capítulo, debruçar-me-ei sobre os conceitos de tradução instrumental e tradução documental de Nord (1991) bem com as especificidades e particularidades de cada tipo de tradução, mais concretamente, a tradução documental.

3.1 Tradução instrumental e tradução documental (Nord)

Contrariando a tendência, com a abordagem funcionalista de Vermeer, de desprezar o papel do texto de partida (Nord, 1989: 102 ss), Nord propõe uma classificação dicotômica da tipologia de traduções: a tradução documental e a tradução instrumental.

Apoiada em Nord, Bernardo expõe os tipos básicos de tradução documental e instrumental:

No caso da tradução documental, o texto tem uma função metatextual, tem o valor de documento, e a ação comunicativa que lhe está subjacente ocorre entre o emissor e o recetor de partida. A tradução instrumental, pelo contrário, visa servir de instrumento numa nova ação comunicativa entre emissor de partida e recetores de chegada

(Bernardo, 2009, p.507).

Deste modo, em particular na tradução documental, não admira que Nord dê particular destaque ao texto de partida no seu modelo de análise textual, que implica a análise de uma série complexa de fatores externos (extratextuais) e internos (intratextuais) ao texto de partida, que devem sempre ser considerados numa relação de interdependência (Sousa, 2007, p. 62). Para tal, a autora apresenta-nos um questionário composto por duas séries de oito perguntas que, atendendo à função do texto, permitem ao tradutor identificar uma série de problemas específicos da tradução (Nord, 1989: 104):

Wer übermittelt (Textproduzent/Sender)

wozu (Senderintention)

wem (Adressat)

über **welches Medium** (Medium bzw. Kanal)

wo (Ort)

wann (Zeit)

warum (Anlass der kommunikativen Handlung)
einen Text

Worüber (Thema)

sagt er/sie

was (Textinhalt)

(was nicht) (Präsuppositionen)

in **welcher Reihenfolge** (Textaufbau)

unter Einsatz **welcher nonverbalen Elemente**

in **welchen Worten** (Lexik)

in **was für Sätzen** (Syntax)

Mit **welcher Funktion**?

in **welchem Ton** (suprasegmentale Merkmale)
mit **welcher Wirkung**?

(Nord, 1989, p.106)

Do lado esquerdo, as questões referem-se aos fatores externos ao texto que configuram a situação comunicativa. O questionário aplica-se de forma prospetiva à situação comunicativa de chegada e de forma retrospectiva à situação comunicativa de partida, de modo a considerar-se na tradução a intenção do autor e os aspetos pragmáticos como o tipo de destinatário, o local, o tempo e a função do texto de partida (Nord, 2009: 40).

Relativamente aos fatores intratextuais ou às características do texto de partida, estes são descodificados com a resposta às perguntas do lado direito. É importante, ainda, salientar que neste modelo está inserida a questão dos tipos de texto, isto é, o tradutor não poderá deixar de lado a temática da tradução sobre a qual incide o texto de partida, nem o seu conteúdo e estrutura. No entanto, este modelo não descarta o aspeto linguístico, uma vez que tem em conta os elementos lexicais e a sintaxe.

Para o alcance do objetivo – proporcionar ao recetor a mensagem correta através do texto de partida – “tradução leal” –, a tarefa do tradutor consiste, primeiramente, na análise do texto de partida bem como interpretar a mensagem nele inserida, posteriormente, na transferência dessa mensagem, se possível e dependendo das exigências do caso concreto, através da sua reestruturação formal e material (Sousa, 2007, p.63).

Relativamente à tradução instrumental, Christiane Nord (Nord 1991, p.73) define o seguinte:

An instrumental translation serves as an independent message-transmitting instrument in a new communicative action in the target culture, and is intended to fulfil its communicative purpose without the recipient being conscious of reading or hearing a text which, in a different form, was used before in a different communicative situation.

No âmbito da tradução instrumental, o texto de partida funciona como uma ferramenta para uma situação comunicativa na cultura de chegada. Isto é, trata-se de uma tradução que não deve ser considerada com tal, uma vez que foi adaptada à situação e às convenções dos falantes da língua de chegada. Pretende-se que o recetor leia o texto de chegada como se este tivesse sido realizado na sua própria língua, ou seja, como se este mesmo texto traduzido fosse um texto de partida. Ora vejamos, manuais especializados, por exemplo, devem cumprir a função de informar o leitor do texto de chegada de igual forma como o texto de partida o faz como o recetor de texto de partida. Segundo Nord, trata-se de traduções que preservem a função em ambos os textos (*function-preserving translations*).

Por sua vez, a tradução documental é definida, igualmente por Nord (1991, p.72):

Documentary translation serves as a document for a source culture communication between the author and the source text recipient.

Por outras palavras, a tradução documental pretende, assim, criar um texto de chegada que deve continuar reconhecido como uma tradução, isto é, o seu objetivo não é a adaptação do texto, relativamente à forma e ao conteúdo, às convenções da cultura de chegada, mas sim a manutenção da forma e do conteúdo do texto de partida.

A tradução jurídica é, também, neste seguimento, um processo através do qual se estabelece uma ligação de equivalência entre o texto de partida e texto de chegada, por meio da interpretação e determinação do sentido de um texto de partida e da redação de um texto de chegada, atendendo à situação de comunicação em que estão inseridos e à encomenda de tradução; como ainda o resultado ou o produto desse processo (Simmonæs, 2012, p. 108). Daí a tradução documental e, também, a tradução literal contribuírem para a tradução jurídica.

Deste modo, este tipo de tradução jurídica refere-se à tarefa de tradução que pretende fornecer, numa nova situação comunicativa, uma referência que exemplifique o modo como, na cultura de partida, se redige um determinado género textual. De outra forma que permita documentar a estrutura e as características da linguagem que esse género assume na cultura de partida. Ainda sobre este tipo de tradução, Nord salienta que o texto de chegada tende a assumir uma função diferente da do texto de partida.

Nord menciona, ainda procedimentos técnicos de tradução como os empréstimos (relativamente à manutenção do aspeto exótico do termo) e a tradução literal ou gramatical, que tem como objetivo não apenas reproduzir as palavras do texto original, mas também adaptar a estrutura sintática e as expressões idiomáticas à língua de chegada (com finalidade didática) a fim de preservar o aspeto original do texto original.

De maneira a optar por uma tradução documental ou tradução instrumental, o tradutor deverá ter em conta vários fatores extratextuais que afetam a situação do texto de chegada, nomeadamente o emissor do texto, a intenção do emissor, o destinatário ou o recetor do texto, o canal ou o meio através do qual o texto é comunicado, o lugar e o tempo da produção e receção do texto, o motivo da comunicação e a função do texto.

Uma outra autora importante para a questão da procura de equivalentes na tradução jurídica é Šarčević (1997: 236-237) que menciona algumas técnicas de tradução diferentes no que concerne a tradução de termos que pertencem à cultura e ao sistema do texto de partida:

Empréstimo: o conceito do texto de partida não tem equivalente na língua de chegada e a opção do tradutor dependerá do destinatário/leitor do texto de chegada. Na maioria das vezes, o tradutor importa o termo da língua de partida para o texto de chegada. O empréstimo serve para preencher uma lacuna cultural ou linguística.

Esta estratégia é muito evidente nos textos jurídicos, uma vez que é recorrente o uso de expressões latinas (*modus operandi*, *persona non grata*). O que não se aplica neste género textual em estudo. O uso de empréstimos justifica-se pela ausência de outra palavra funcionalmente equivalente na língua de chegada ou, então, quando o uso de outra palavra altera ou exprime de forma incompleta o significado do termo da língua de partida. O público-alvo mais especializado não terá qualquer tipo de problema em entender o uso do empréstimo nos textos, daí justificar-se a sua utilização. O empréstimo revela-se, ainda, importante, visto que nos mostra que o termo em questão pertence a uma cultura e, consequentemente, a um sistema jurídico distinto.

Tradução Literal: consiste numa tradução mais próxima do original. Esta opção não revela qualquer tipo de entrave, já que o termo em questão possui um correspondente na língua de chegada.

Esta técnica de tradução deve, no entanto, ser rejeitada nos casos em que o mesmo termo corresponda a noções diferentes na língua de chegada - *falsos amigos* – ou quando é quer

linguisticamente quer juridicamente incorreto. Exemplificando, *ato jurídico* deve ser traduzido por *legal act* e não por *juridical act*, embora a palavra exista.

Equivalência funcional: este tipo de equivalência é definida por Šarčević como: “a term designating a concept or institution of the target legal system having the same function as a particular concept of the source legal system” (1997, p.236).

É um tipo de estratégia mais orientada para o público-alvo e consiste na procura de um termo que corresponde à mesma função jurídica na cultura de chegada. Weston considera esta estratégia como “the most idiomatic and natural-looking rendering” (1991:21). Ora vejamos, o cargo *Ministro das Finanças* será bem traduzido, para inglês, como *Chancellor of Exchequer* e não *Minister of Finances*, uma vez que não corresponde a nenhum cargo jurídico britânico. É importante adotar a perspectiva da cultura de chegada, evitando a utilização de elementos que possam deturpar a mensagem primordial do documento.

Porém, Šarčević adverte que raramente existe uma equivalência total de um conceito. Na maioria das vezes, as equivalências funcionais são parciais. Segundo ela: “some functional equivalents can be misleading to the point that they encourage litigation. Therefore, a functional equivalent should not be used until its acceptability has been proven”.(1997, p.236).

Equivalência descritiva (paráfrase): consiste na descrição sucinta de um conceito. Este tipo de equivalência é o método mais eficaz para compensar uma falha terminológica, no entanto, tem a desvantagem de aumentar o texto, não sendo a melhor estratégia nos casos em que há uma limitação de espaço.

Para Šarčević, a procura de equivalência passa necessariamente por um estudo de direito comparado, em que as características de cada conceito são separadas entre essenciais e acidentais. A partir desta ideia, podemos chegar à conclusão de que os conceitos comparados são idênticos ou «*near-equivalents*» (partilham as características essenciais e quase todas as acidentais), «*partial equivalents*» (dividem a maioria das essenciais e apenas algumas das acidentais) ou «*non-equivalents*» (compartilham apenas algumas das características essenciais e apenas algumas ou nenhuma das acidentais). Neste último caso a equivalência procurada é considerada não aceitável e o conceito da língua de partida não poderá ser traduzido pelo da língua de chegada (1997, p.238).

O que importa frisar é que, seja através de que estratégia for, o tradutor jurídico deve abster-se de utilizar neologismos quando tem à sua disposição equivalentes funcionais na ordem jurídica de chegada. O tradutor deve, também, evitar o recurso ao decalque, em caso de dúvidas a nível terminológico, uma vez que podem emergir erros na cultura de chegada. Deste modo, o tradutor deve manter o termo original seguido de uma nota explicativa em parênteses ou, então, em rodapé.

4 Procurações e respetivos problemas de tradução

A tradução jurídica é um dos tipos de tradução que mais problemas levanta a nível de equivalência, devido à legislação própria de cada país. Assim, um tradutor especializado nesta área deve reunir as melhores estratégias de tradução, para que a qualidade da mesma seja garantida. Deste modo, este capítulo contemplará a tradução deste género textual, tendo em conta as especificidades, exigências e problemas na tradução de *Vollmacht* que serão, ao longo deste capítulo, abordadas detalhadamente.

Este projeto, que visa a análise e a tradução deste género textual, parte com o objetivo de desenvolver as capacidades tradutológicas neste ramo, mas também identificar aspetos contrastivos entre o alemão e o português e desenvolver a capacidade de pesquisa e de construção de instrumentos de apoio à tradução.

4.1 Caraterísticas da tradução de *Vollmacht*

Este subcapítulo incluirá o levantamento de aspetos particulares referentes à tradução deste género textual em estudo tendo em conta o paralelismo, a integridade e a exatidão do texto de chegada.

As traduções de procurações não são autónomas, uma vez que só são válidas com o respetivo documento original, devido à sua finalidade única como ajuda à compreensão. As traduções devem ser realizadas por um tradutor idóneo que, sob juramento ou compromisso de honra afirme, perante o notário, ser fiel à tradução. Em certos casos, a intervenção notarial reveste a forma da confirmação das partes de que o conteúdo do documento corresponde às suas vontades.⁸

Neste prosseguimento, o documento traduzido deve ser formalmente idêntico ao original, quer na sua estrutura quer na sua formatação, para que o leitor perceba facilmente cada passagem do original. Deve, assim, reproduzir o conteúdo do texto de partida de modo que as diferenças e os aspetos comuns entre as ordens jurídicas de partida e chegada se tornem claras. A estrutura do texto de chegada deve reger-se pela estrutura do texto de partida no que diz respeito à macroestrutura e, portanto, deve manter a sua organização patente no texto de partida, de modo a possibilitar o confronto dos textos de partida e de chegada (*dokumentarische Vergleichbarkeit*) e, com isso, proporcionar ao leitor/destinatário um indício complementar de que se trata de um documento fundado na ordem jurídica de partida (Stolze, 1999, p. 52). Supressões, hífens, enumerações devem ser rigorosamente respeitados e, por isso mesmo, terminadas da mesma forma no texto de chegada. Selos brancos, carimbos e assinaturas devem ser identificados e traduzidos.

No entanto, há aspetos que não seguem o princípio do paralelismo, tais como: formato do papel, a cor do papel, a tipografia, impressão e outros acessórios (selo do notário). Além disso, são, também, traduzidas todas e quaisquer partes riscadas e legíveis. Alíneas, formas de terminação de frases, hífens no documento original devem repercutir-se de igual forma no texto de chegada. Eventuais carimbos e/ou brasões e /ou logótipos que possam vir a surgir devem ser identificados e, posteriormente, o seu conteúdo devidamente traduzido. É importante referir e descrever a

⁸ Instituto dos Registo e Notariado <http://www.irm.mj.pt/sections/irm/area-notarial/docs-comuns/procuracoes-nocao/>
[Consultado a 19/10/2016]

forma do carimbo no documento (Anexo I: *[Apostila]*). As assinaturas necessitam, igualmente, ser identificadas no texto de partida, fazendo a respetiva distinção se estas são legíveis ou ilegíveis).

Neste tipo de tradução – tradução jurídica – a regra geral prende-se com facto de que o documento deve ser totalmente traduzido, sem qualquer omissão quer de elementos textuais quer de elementos de macroestrutura. Qualquer tipo de omissão por parte do tradutor, mesmo que ligeiro, pode causar consequências graves num processo litigioso.

O documento deve, pois, ser traduzido de forma objetiva, clara e correta. No entanto, a questão da exatidão do texto de chegada é relativa, uma vez que depende da função da tradução. É neste ambiente que surgem os problemas tradutivos a nível terminológico e contextual (adequação).

Existem, pois, aspetos específicos e, por conseguinte, de extrema relevância para a tradução jurídica e, neste caso em concreto, para a tradução deste género textual. Como se trata de textos jurídicos e como há, ainda, as diferentes culturas quer do texto de partida quer do texto de chegada, o tradutor deve ter em conta os diferentes sistemas jurídicos bem como termos legais.

Tendo em conta as especificidades da linguagem jurídica, a tradução a nível terminológico é a que desafia o tradutor, sendo necessário aplicar diferentes técnicas de tradução para que o texto de partida seja traduzido com sucesso na língua de chegada.

Os conceitos jurídicos revelam-se muito inadequados entre diferentes culturas, segundo Anna Lise Kjær:

Because legal systems differ, there will always be instances of conflicting terminology and concepts and, depending on the degree of affinity or difference between the two legal systems, translation between legal systems involves profound problems of how to translate culture-bound concepts, conceptions or institutions belonging to the source language system into the target-text. (Kjær, 2007, p.74)

A tradução apresenta, assim, diversas dificuldades, pelas quais o tradutor é obrigado a contornar e a propor a melhor solução de tradução aos seus leitores para que a função do texto de partida seja reverenciada. Nord, já mencionada ao longo deste projeto, expõe e distingue os problemas de tradução mostrando, desta maneira que estes necessitam de uma resposta eficaz e que vá ao encontro das exigências do leitor na medida em que respeite a mensagem do texto de partida.

Deste modo, a autora classifica quatro tipos de problemas de tradução (Nord, 2005 p.174-176): os problemas pragmáticos; problemas culturais; problemas linguísticos e, por fim, problemas específicos.

Relativamente aos problemas de ordem pragmática, estes podem refletir diferenças nas situações entre a cultura de partida e de chegada, tais como diferenças de tempo ou lugar.

São, assim, problemas específicos entre duas culturas que as características das convenções do texto de partida poderão ser apresentadas na tradução documental, sem que estas tenham de ser adaptadas à cultura de chegada.

Os problemas linguísticos propriamente ditos, num determinado par de línguas, dependem de fatores intratextuais, que estão relacionados com as características gramaticais de cada uma das línguas, na sua estrutura sintática, na sua especificidade lexical, na sua morfologia ou estilo.

Há ainda problemas específicos e próprios deste género textual que, apesar de não estarem classificados não deixam de constituir um aspeto singular do texto de partida.

Seguindo este pensamento, o objetivo das traduções de *Vollmacht* não é criar uma ferramenta de comunicação entre duas culturas, adaptando-se à cultura de chegada, mas retratar a situação da língua de partida respeitando as convenções da cultura/língua de partida, para que os textos possam ser usados em ambas as culturas.

Antes de tudo, o tradutor deve ter o cuidado de que o discurso seja compreendido. Por vezes, não é possível manter as convenções do texto de partida, porque, simplesmente, não se adequariam ao texto de chegada. E por outro lado, existem casos em que as convenções são estabelecidas pela tipologia textual em questão, sendo impensável não adotar essas convenções ao texto de chegada. Desta maneira, o tradutor tem de ponderar as exigências do autor do texto de partida com as exigências do público-alvo ao tomar esse tipo de exemplos.

4.2 Análise descritiva

O texto de partida I (ver anexo I) é uma cópia de um ato do notário emitida em 1997, na Alemanha por um notário. Na primeira página podemos encontrar o brasão que nos revela a autenticidade do documento.

A procuração é celebrada pelo notário e por um casal (os nomes dos intervenientes foram omitidos por uma questão de privacidade) que são identificados pelo notário através de um documento de identificação com fotografia. Esta procuração é realizada com o objetivo de que cada um dos cônjuges possa, em qualquer circunstância e em qualquer momento agir e, até mesmo, representar o outro, em matéria pessoal, fiscal e de saúde. A procuração confere o poder de decisão sobre os bens de qualquer natureza para celebrar contratos e a mesma permanece válida quando o mandante se tornar incapaz ou quando estiver morto.

Podemos afirmar que este género textual prima pela descrição, pois há uma enumeração dos poderes conferidos. Este tipo de documento não foi pensado para um tipo específico de pessoa, mas sim para todo o público que manifeste, independentemente da razão, a vontade e/ou necessidade de se fazer representar. Este negócio jurídico produz os seus efeitos na esfera jurídica.

Este género textual revela-nos um discurso não só descritivo (como foi referido anteriormente), mas também com carácter informativo. Tende a ser objetivo e claro para facilitar a compreensão dos poderes conferidos. No entanto, mantém uma terminologia muito própria no âmbito do domínio em questão (*Urkundenrolle*, *Erschienenen*, *Betreuer*), mas de fácil compreensão e acessível, pois mantém uma linguagem corrente. Neste tipo de texto não podemos esquecer-nos que, para além de se tratar de um texto jurídico, não deixa de se tratar de um texto cuja mensagem principal deve, obrigatoriamente, passar de forma objetiva, clara e concisa.

O aspeto gráfico respeita todas as regras de uma procuração: local onde foi emitida; juntamente com o brasão; data; apresentação das pessoas envolvidas e a descrição dos poderes

concebidos e, por fim, o fecho com o acordo dos intervenientes através da assinatura dos mesmos e, ainda, a autenticação do documento através da apostilha. Assim, todos os elementos da procuração estão organizados de forma a facilitar a leitura do destinatário.

No texto de partida II (ver anexo III), deparámo-nos com uma procuração com poderes de substabelecimento, isto é, a transferência, pelo mandatário dos poderes que lhe foram outorgados na procuração, pela mandante da procuração, para outrem, a fim de o substituir: *“Die bevollmächtigte (n) Person (en) ist/sind sodann befugt, in ihrem Namen und auf ihre Verantwortung ein Stellvertreter mit der Ausübung der Befugnisse aus dieser Vollmacht zu betrauen.”* É importante salientar o facto de que este documento constitui uma procuração celebrada na Suíça e, consequentemente, contém a sua terminologia e construção frásica próprias.

No início da procuração os outorgantes são mencionados: uma tia e uma sobrinha. A tia autoriza, a sua sobrinha, a representá-la perante todas as autoridades de administração e jurisdição contenciosa e voluntária, e a agir como se tivesse sido ela própria.

Constitui uma procuração em que os poderes que são conferidos abordam mais especificamente questões patrimoniais e fiscais, até mesmo, negócios jurídicos. É de salientar que nesta procuração, os poderes são descritos de forma muito específica. Possui, claramente, uma linguagem com uma terminologia e fraseologias próprias dos textos jurídicos. A pontuação e a enumeração de predicados relativos ao mesmo sujeito - muitas vezes deparávamo-nos com frases compostas por quatro orações que correspondiam ao mesmo sujeito - constituíram a maior dificuldade tradutológica.

Neste documento é exposta, igualmente, a durabilidade das relações contratuais associadas à procuração. Ora vejamos, estas não se extinguem nem com a morte, nem com declaração de desaparecimento, nem com a perda de capacidade para agir e nem com a falência do mandante e do constituinte.

Relativamente ao aspeto gráfico há a destacar o tamanho e a formatação do título da procuração que se apresenta a negrito e com um tamanho de letra superior ao restante texto. O segundo texto de partida (ver anexo III), segue uma estrutura diferente da do texto de partida I (ver anexo I). Indicando, logo, o título do documento são mencionadas as intervenientes. mandante e mandatária, a descrição dos poderes conferidos e, neste caso em concreto, é referida, logo a seguir, a possibilidade de substabelecimento. A procuração termina com a comunicação do local e a data da realização do mesmo documento com a respetiva assinatura da mandante e remata, no final, com a autenticação formal. Trata-se, claramente, de um texto muito bem organizado, contribuindo para a compreensão do leitor.

Finalmente, o texto de partida III (ver anexo V) constitui uma procuração geral e de cuidados de saúde. A mandante, tia, constitui a sua sobrinha sua bastante procuradora para a gestão de todos os assuntos relacionados com bens, rendas, pensões, saúde, seguro para prestação de assistência à saúde, social fiscal e pessoal. A mandatária está, igualmente, autorizada a celebrar qualquer ato jurídico ou quase negócio jurídico.

A procuração enumera, de forma descritiva, as situações particulares cuja representação por parte da mandatária se possa realizar. A procuração é revogável e o mandatário possui, ainda, a capacidade de conceder procuração de substabelecimento, cuja especificidade já fora analisada neste projeto.

Ocorre, ainda, no documento a confirmação de que a comparecente foi informada, com todos os detalhes, pelo Notário, quer sobre os poderes representativos quer dos riscos do uso abusivo dos mesmo.

Nesta mesma procuração é nos mencionada a possibilidade de construção de diretivas de acompanhamento e até mesmo um testamento vital. Uma vez que no mesmo documento essa declaração não é desejada, não é pois necessário uma explicitação deste tipo de declaração. Deste documento são emitidas duas cópias, uma para a mandante e outra para a mandatária. É mencionado ainda o desejo, por parte da mandante, de não registar esta mesma procuração na Câmara Federal dos Notários alemães. A escritura termina com a autentificação dos intervenientes através da assinatura dos mesmos.

A nível gráfico, a procuração apresenta o título do documento com um tamanho e formatação de letra diferente da do corpo de texto. Apresenta, igualmente uma estrutura coerente, cujo texto é coeso. O mesmo documento encontra-se dividido por tópicos, ou seja: a apresentação dos comparecentes; a enumeração dos poderes concedidos; a aceitação dos poderes representativos da mandatária e, por último, a autentificação dos intervenientes e do documento, juntamente com a assinatura.

4.3 Desafios da tradução

Terminologia

A terminologia é um dos aspetos que mais dificuldades levanta no processo de tradução e neste projeto não foi exceção. Estes problemas manifestaram-se quer na língua alemã quer na língua portuguesa, pois o domínio – jurídico – em questão apresenta-se com uma complexidade e diferenças culturais e legislativas existentes muito vincadas nos dois países em questão.

Por se tratar de um domínio muito próprio, certos termos não apresentavam, em muitos dicionários pesquisados, equivalentes adaptados ao contexto. Quando confrontados com situações semelhantes, o tradutor tem como obrigação alargar os seus conhecimentos através da pesquisa mais profunda e até mesmo o recurso a especialistas da área.

- *Urkundenrolle*

Este termo suscitou alguma dificuldade ou não fosse o mesmo um termo técnico. Apesar da falta de informação e de uma proposta de tradução fixa, a verdade é que o termo aparece em documentos notariais e, em Portugal, os notários preferenciam a expressão “*registo de documento*”. (ver Anexo I).

A falta de qualquer referência em sítios internet pode dever-se ao facto de este tipo de documento não se encontrar disponível, uma vez que se tratam de textos notariais que não são facultados ao público, já que estes são confidenciais. Ao pesquisar a expressão em questão, constatamos que esta aparece inúmeras vezes associada com os serviços notariais.

Também no Linguee, dicionário que se encontra online que dispõe de um conjunto variado de termos apresentados nos mais variados contextos, este termo é-nos apresentado como

“documento notarial”. Por uma questão de uso e, também, tendo em conta o número de ocorrências optei pelo “registro de documento”.

- *streitige und nichtstreitige Gerichtsbarkeit*

Quando o tradutor é confrontado com o termo *streitig* ou até mesmo com a expressão *streitige Gerichtsbarkeit* (ver anexo II), após uma pesquisa em dicionários específicos, encontra o seu equivalente com bastante facilidade: *jurisdição contenciosa*. Este equivalente é-nos fornecido pelo late, uma base de dados terminológica.

Porém, o tradutor, para o termo *nichtstreitig* ou para a expressão *nichtstreitige Gerichtsbarkeit*, não deve optar pelo equivalente *não contenciosa*. Para além de não ser usual também não é um termo corrente neste tipo de texto e, por essa mesma razão, o tradutor tem que ir mais além da sua tarefa de traduzir e fazer uma pesquisa mais aprofundada em relação ao termo e ao seu contexto, conseguindo, assim, encontrar o equivalente correspondente na língua de chegada.

Aquando da tradução, o termo *nichtstreitig* revelou alguma dificuldade não pela busca do equivalente mas, acima de tudo, pela dificuldade de compreensão do termo na língua de partida.

Após uma investigação ao nível dos sites da temática em questão, o tradutor chega à conclusão que a expressão *der streitige Gerichtsbarkeit*, cuja definição nos é dada pelo site Rechtslexikon⁹ corresponde a *jurisdição contenciosa*. Por sua vez, o termo *nichtstreitige Gerichtsbarkeit* adquire o equivalente seguinte *jurisdição voluntária*, uma vez que corresponde, em português, respetivamente:

I - A distinção entre jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa é meramente legal. Na jurisdição voluntária vigora em toda a linha o princípio do inquisitório, existe predominio da equidade sobre a legalidade.

II - A atribuição do arrendamento da casa de morada de família após ter sido decretado o divórcio refere-se a arrendamento judicial, isto é, um arrendamento que se estabelece no âmbito de uma acção judicial, tendo por fonte um acto jurisdicional.

III - O processo respectivo deve considerar-se como de jurisdição voluntária.

IV - No processo de jurisdição voluntária não é admissível recurso da decisão para o STJ.¹⁰

Assim, a minha proposta de tradução para o termo/expressão “(...) *Behörden der Verwaltung und der streitigen und nichtstreitigen Gerichtsbarkeit*” é, então, “*jurisdição contenciosa e voluntária*” também justificada pelo número de ocorrências em textos do mesmo domínio.

- *Betreuungsverfügung*

Este termo (ver anexo V) constituiu alguma dificuldade no que diz respeito ao seu equivalente na língua portuguesa. Trata-se de uma palavra composta por dois termos: *Betreuung* e *Verfügung*, que em português significam *curatela* e *diretivas*, respetivamente.

⁹ Rechtslexikon <http://www.rechtslexikon.net/d/streitige-gerichtsbarkeit/streitige-gerichtsbarkeit.htm> [Consultado a 11/10/2016]

¹⁰ Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa http://www.pgdlisboa.pt/jurel/stj_mostra_doc.php?nid=9572&codarea=1 [Consultado a 11/10/2016]

A tradução literal seria, então, *diretivas de curatela*, o que em alemão, não é o mesmo que *Vorsorgevollmacht* (*Procuração de assistência à saúde*). O termo *Betreuungsverfügung*, de acordo com o sítio Vorsorgeregister¹¹:

Die Betreuungsverfügung dient – anders als die Vorsorgevollmacht – nicht der Betreuungsvermeidung, sondern der Gestaltung einer vom Gericht angeordneten Betreuung.

Die Betreuungsverfügung kann Wünsche zur Auswahl des Betreuers enthalten. Sie entfaltet grundsätzlich Bindungswirkung gegenüber dem Gericht bzw. dem Betreuer, sofern die schriftlich niedergelegten Wünsche nicht dem Wohl des Betreuten zuwiderzulaufen.

Trata-se, então, de um apoio deferido por lei a alguém capaz de reger e administrar os bens de uma pessoa que não pode fazê-lo por si própria. Por sua vez, o termo *Vorsorgevollmacht*, significa:

Mit einer Vorsorgevollmacht bevollmächtigen Sie eine Person Ihres Vertrauens, für Sie in vermögensrechtlichen und / oder persönlichen Angelegenheiten Entscheidungen zu treffen. Dabei weisen Sie die Vertrauensperson an, von der Vollmacht nur Gebrauch zu machen, wenn Sie selber nicht in der Lage sein sollten, die entsprechenden Entscheidungen zu treffen¹².

Isto é, a procuração de assistência à saúde que autoriza uma pessoa para tomar decisões em nome de outrem em questões pessoais e de relação jurídico-patrimonial. O mandatário só terá esse poder por incapacidade do mandante.

Enquanto *Betreuungsverfügung* diz respeito a *diretivas de curatela*, ou seja, um apoio prestado a outrem, por sua vez o termo *Vorsorgevollmacht* é um documento oficial que legaliza a gestão de todos os assuntos relacionados com cuidados de saúde. O tradutor deve, pois ter em atenção estes dois termos, pois não dizem respeito ao mesmo assunto.

Fraseologia

As unidades fraseológicas ou expressões fixas também constituíram um desafio na hora de traduzir, uma vez que estas aparecem com bastante frequência neste género textual devido à institucionalização decorrente da sua reprodução.

- Die Erschienenen erklärten zur Beurkundung

Esta expressão (ver anexo I) surge com bastante frequência neste género textual, já que se trata de uma expressão fixa típica das procurações. Neste sentido, a minha propostas de tradução foi a seguinte: “Os cônjuges declaram para efeitos legais”.

Quando pesquisada a tradução do termo *Beurkundung* encontramos, numa primeira fase, o termo *autentificação*. Deste modo, traduzindo literalmente, a frase ficaria: “Os cônjuges declaram para autentificação”. Ora, esta expressão não é usual em português. Desta maneira,

¹¹ Vorsorgeregister <http://www.vorsorgeregister.de/2:27/FAQ/Betreuungsverfuegung.html> [Consultado a 11/10/2016]

¹² Vorsorgeregister <http://www.vorsorgeregister.de/Service/FAQs/Vorsorgevollmacht.php> [Consultado a 11/10/2016]

através de sinónimos do mesmo termo, em alemão, facilitou a tradução da expressão. Sinónimos como *Bescheinigung* > *certificado* ou, até mesmo, *Attest* > *atestado* ajudaram a encontrar a expressão fixa, em português, para esta mesma expressão, em alemão.

Através de uma pesquisa mais profunda de textos de paralelos em português, no mesmo domínio, encontramos por inúmeras vezes a expressão “*Os outorgantes declaram para efeitos legais/ O casal declara para efeitos legais*”.

No texto jurídico uma das características mais comuns são as expressões fixas que são próprias da cultura de cada país e que requerem uma atenção redobrada para que, no texto de chegada, o objetivo seja respeitado.

- *Wir bevollmächtigen uns gegenseitig widerruflich*

Estamos perante uma outra expressão fixa alemã relativa a este género textual (ver anexo I). Nesta mesma expressão temos um verbo bastante importante *bevollmächtigen* que, em português, significa *autorizar* e que nos remete para o objetivo da procuração – *autorizar alguém a* –.

Aquando da enumeração dos poderes que são conferidos a outrém, a expressão que a inicia, no texto de partida, é esta mesma em questão, podendo, claro, se representar por outras expressão fixas também elas viáveis.

A proposta de tradução para esta expressão fixa foi a seguinte: “*Autorizamos de forma mutuamente revogável*”. Esta proposta de tradução parte, igualmente, do princípio da análise de textos paralelos e da ocorrência da mesma no mesmo tipo de texto.

- *Die Echtheit der vorstehenden, vor uns gezeichneten Unterschrift von Frau xxxxx geb. Xxxxx, von xxxxx, nach eigenen Angaben wohnhaft xxxxx, xxxxx, ausgewiesen durch Pass, wird amtlich beglaubigt*

Este tipo de fraseologia corresponde a uma expressão fixa deste tipo de género textual (ver anexo II). Na parte da autenticação formal do documento surgem sempre palavras-chave que nos permitem, a nós tradutores, chegar ao conteúdo da mensagem, para que, na fase posterior, consigamos transmitir a informação para o texto de chegada mantendo a mensagem da do texto de partida.

Quer em procurações alemãs quer em procurações portuguesas existem sempre expressões fixas. Estas são características da formalidade dos textos jurídicos e, também, especificidades da cultura do país. Deste modo, a tradução deste tipo de fraseologia não é viável através da tradução literal, uma vez que a mensagem do texto de partida nunca seria compreendida pelo público-alvo. Neste seguimento, a tradução, ou melhor, a proposta de tradução surge, numa fase primordial, através da interpretação do tradutor da mensagem do texto de partida e, posteriormente, na pesquisa de textos paralelos para proporcionar não só ao leitor um texto de fácil compreensão e acessível, mas também e, acima de tudo, realizar uma tradução documental, isto é, que siga e respeite as normas do texto jurídico não só à forma mas também ao tipo de linguagem utilizada.

A tradução equivalente desta expressão é então a seguinte “*A autenticidade é oficialmente certificada pela presente assinatura feita perante nós da xxxxx, nome de solteira xxxxx, com residência em xxxxx, identificada pelo passaporte.*”

- (...) erteile hiermit (...)

Esta expressão fixa (ver anexo V) ocorre sempre no início da procuração, mais precisamente na autorização, por parte da mandatária, de conferir os poderes de representação ao mandatário.

Como se trata de uma expressão fixa e, até mesmo, uma expressão-chave, o tradutor pode e deve optar por uma proposta de tradução através de um equivalente funcional. Ao invés de optar por uma tradução literal, o tradutor deve eleger um termo mais usual na língua de chegada neste tipo de texto e fazer, pois, um filtro cultural.

Através de textos paralelos, em português, o tradutor pode deparar-se inúmeras vezes com a expressão “*constitui seu (sua) bastante procurador(a)*” aquando da descrição dos intervenientes e da concessão dos poderes. Esta mesma expressão significa que o mandatário possui os poderes necessários e suficientes para poder agir como procurador do mandante.

Sintaxe

No que diz respeito à sintaxe, no género textual em estudo, o tradutor deve, antes do processo de tradução, fazer uma análise mais profunda ao nível da macroestrutura do texto de partida. Embora, na maioria das vezes, a sintaxe do discurso jurídico obedeça às regras da linguagem corrente, esta apresenta certas características que lhe são próprias.

Por exemplo, no texto de partida I, mais precisamente na segunda página, há uma quebra da frase, isto é, uma mesma frase é composta por diversos parágrafos. Ora vejamos:

„Vor mir,
[...],
Notar in [...],
erschieden:
Eheleute Herr [...], geboren am [...], und Frau [...] geborene [...], geboren
am [...], beide wohnhaft in: [...],
ausgewiesen durch amtlichen Lichtbildausweis.“

Tratando-se de um texto jurídico e, como já foi referido ao longo deste projeto, a tradução deste tipo de texto – tradução documental, tem como característica respeitar a macroestrutura do texto de partida e, nesse mesmo seguimento e, neste caso em particular, a estrutura sintática foi respeitada. Este tipo de tradução é direccionada para a relação comunicacional entre o autor e o leitor da cultura de partida. Em procurações portuguesas podemos, igualmente, constatar este tipo de construção frásica, daí a justificação do respeito à macroestrutura do texto.

Uma das características da procuração alemã é a complexidade e a dimensão das frases. Em muitas procurações, deparámo-nos com frases muito longas. Muitas vezes, um mesmo parágrafo é composto por uma única e longa frase. As frases longas resultam da descrição e, consequentemente, da enumeração dos poderes que são conferidos, e que tornam a sintaxe dos textos jurídicos mais complexa e difícil de processar.

Na tradução geral, a sintaxe revela-se um dos campos, no ramo da tradução, com mais flexibilidade, justificada pela alteração da pontuação, omissão de palavras ou frases, mudanças sintáticas e também de macroestrutura do texto. Contudo, na tradução jurídica a flexibilidade da sintaxe é quase inexistente, isto porque as regras gramaticais quer da língua de partida quer a

língua de chegada variam entre si. Bacalu (2012: 610) afirma que "a legal translator can operate without affecting the substance of legal texts. The purpose of such a "creative intervention is to achieve clarity, simplicity, conciseness and emphasis, in a world to honor the principle of "language-consistency".

Ou seja, o tradutor pode e tem o direito, se assim o justificar de proceder a uma alteração a nível macro e microestrutura, de modo a que possa transmitir a mensagem do texto de partida.

A criatividade nas alterações sintáticas é vista, desta maneira, como um instrumento que nos permitirá, a nós tradutores, proporcionar um texto mais claro (Šarčević, 1997, p.161). Neste seguimento, esta criatividade tão falada surgiu no texto de chegada II (ver anexo IV). Quando confrontada com o texto de partida II (ver anexo III), mais precisamente no sexto parágrafo, o tradutor vê-se, desde logo, com um problema a nível de interpretação justificada pela pontuação reduzida (constituído sobretudo por vírgulas) aquando da descrição dos poderes conferidos. No momento de leitura do texto, tentei dividir as frases para que, primordialmente, pudesse interpretá-las corretamente e depois traduzi-las, mas acrescentando um ponto e vírgula entre as frases. Esta escolha deveu-se ao facto de se tratar de uma enumeração e descrição dos poderes e procurou-se então, fornecer uma tradução fidedigna, cujas regras convencionais da tradução documental são postas de lado e cuja mensagem é transmitida de forma clara de forma a facilitar a compreensão do leitor.

Aparece, ainda, uma frase, no decorrer da procuração do texto de partida II (ver anexo III) que se encontra dividida. Esta divisão ocorre devido à negação da frase na língua alemã ("*weder ... noch*") que vem enumerar as situações em que a procuração bem como as relações contratuais a elas associadas não se extinguem, constituindo, assim, uma dificuldade na tarefa tradutológica relativamente à sintaxe.

Foi possível, no entanto, manter a estrutura sintática e, por isso, respeitar a macroestrutura do texto de partida e, ao mesmo tempo, facultar um texto compreensível e claro.

No texto de partida III (ver anexo V), há a ocorrência, em certas partes do texto, de tópicos quer da enumeração dos poderes conferidos à mandatária quer aquando da descrição dos aspetos de que a mandatária fora informada, de forma pormenorizada, pelo Notário, sobre esses mesmos poderes e, também, da emissão do documento.

É importante manter este tipo de estrutura, neste caso o tipo de tradução documental justifica-se quer pela fidelidade à macroestrutura do texto de partida quer pela simplicidade e organização da mensagem a transmitir ao público-alvo que se revela, assim, mais compreensível.

Cultural/Pragmático

Quando se depara com um texto jurídico, o tradutor deve possuir conhecimentos da cultura e do sistema jurídico do país do texto de partida e do texto de chegada. Só assim poderá oferecer ao público-alvo em questão uma tradução de boa qualidade. Neste seguimento, constatamos a importância de formar o tradutor num campo específico, neste caso, jurídico, já que este deve deter conhecimentos jurídicos e culturais específicos ou, até mesmo, tentar reaproximar as especificidades da ordem jurídica do texto de partida às peculiaridades do sistema jurídico do país de chegada.

O combate destas divergências constitui para o tradutor uma tarefa árdua que implica não só a competência jurídico-cultural assim como a comparação do Direito.

- *Vormundschaftsgericht*

Este termo revelou-se, no texto de partida I, um dos maiores entraves a nível cultural. Trata-se de um termo composto por duas palavras: *Vormundschaft* e *Gericht*, tutela e tribunal, respetivamente.

Feita uma pesquisa mais profunda, a definição deste termo em alemão em questão é a seguinte: *Gericht, das sich mit Fragen der Vormundschaft beschäftigt*¹³. Partindo desta definição e, igualmente, em que este mesmo termo se insere, o equivalente, na língua de chegada, corresponde ao *Tribunal das tutelas*.

Desta maneira, no exemplo em análise (ver Anexo I), o tradutor opta por uma tradução documental, isto é transpõe a mensagem e o conteúdo da procuração, levando, deste modo, o leitor a uma compreensão mais rápido e acertiva.

- *Erbauskaufen*

Este termo constituiu, igualmente, um entrave à tradução. Relativamente a este mesmo termo podemos encontrar alguma informação que, desde logo, me elucidou para a sua definição. No sítio *Ktipp*, da Suíça (uma vez que o mesmo documento foi realizado neste mesmo país) que se trata de um sítio com informação de edição para o consumidor nas mais variadas vertentes e setores, cujo objetivo passa pela transmissão e prestação de serviços ao consumidor.

Neste site podemos ver, então, a definição do termo em análise:

Von Erbauskauf spricht man, wenn ein Erbe vertraglich auf seinen gesetzlichen Erbanspruch verzichtet und dafür eine Abfindung erhält. Wenn der Erbauskauf zustande kommt, ist Ihr Sohn fortan nicht mehr Ihr gesetzlicher Erbe. Der Erbauskauf gehört in einen Erbvertrag, der vom Notar öffentlich zu beurkunden ist.¹⁴

Esta situação diz respeito a um herdeiro que renuncia, contratualmente, a sua herança legal e recebe uma compensação. Caso aconteça, o seu filho, doravante, não será o seu herdeiro legal. A minha proposta de tradução foi a seguinte: “*renúncia da herança por uma compensação*”. Esta escolha surgiu pelo facto de não existir um termo equivalente em português, mesmo após pesquisa em dicionários especializados e até mesmo no código civil português.

¹³ Vormundschaftsgericht - <http://www.duden.de/suchen/dudenonline/Vormundschaftsgericht> Consultado a 05/10/2016

¹⁴ <https://www.ktipp.ch/artikel/d/erbauskauf-wie-vermeide-ich-streit-zwischen-den-erben/> [Consultado a 11/10/2016]

A sugestão de tradução deste termo em questão ficou-se, então, por uma expressão perceptível para que deste modo o próprio recetor perceba ao que se refere.

Considerações finais

Este trabalho manifesta-se como uma forma de retrospectiva dos conhecimentos adquiridos ao longo deste Mestrado. O projeto desenvolvido é o espelho de muita aprendizagem e reflexão a nível prático e a nível da teoria aplicada da tradução especializada.

O presente projeto mostra, acima de tudo, que a tradução de *Vollmacht* vai muito para além do simples ato tradutivo, constituindo uma análise essencial de culturas.

Conclui-se que a natureza da linguagem jurídica, que comparada com a linguagem comum ou qualquer outra linguagem de especialidade, contribui para a especificidade da tradução jurídica. Desta maneira, para além de conhecimentos linguísticos nas línguas de partida e de chegada, o tradutor jurídico deve estar familiarizado com a matéria alvo de comunicação, neste caso com o Direito, que, devido à sua função institucional, exige ao tradutor uma análise e comparação quer a nível terminológico (termos) quer a nível textual.

A tradução jurídica implica, ao tradutor, uma constante tomada de decisões que terão consequências do foro legal, tornando-se, por isso, fundamental abordar as especificidades da tradução jurídica, nomeadamente, neste género textual em estudo. Deste modo, o tradutor jurídico deverá possuir, para além das competências linguísticas, um profundo conhecimento dos sistemas jurídicos quer do texto de partida quer do texto de chegada e, ainda, conhecer as técnicas de redação dos textos jurídicos e adotar uma atitude idónea no uso de vários recursos e instrumentos de documentação.

Ao longo deste projeto foram abordados vários modelos em resposta aos problemas e à complexidade da tradução, como prova de que a tradução é uma ciência: ciência tradutológica. Coexistindo várias teorias que, intimamente, ajudam na resolução da diversidade dos problemas nesta área que é a tradução.

O modelo de Reiß (1971), apresentado por Munday, sobre as tipologias textuais, segundo o qual cada tipo textual possui uma função predominante, atribui a cada tipologia um método de tradução em particular. Acrescenta-se, ainda, o modelo proposto por Borja (2000) relativamente à classificação dos géneros textuais jurídicos que distingue mais de trinta e sete géneros jurídicos, apresentando as respetivas finalidades. Estes modelos ajudam-nos, assim, a identificar as tendências principais dos textos e a determinar as suas características. Numa fase de pré-tradução, estes modelos permitem ao tradutor definir e orientar diversas particularidades do texto de partida para que estes possam ser, futuramente, melhor transmitidos no texto de chegada.

Depreende-se, então, que a tradução jurídica é uma atividade interpretativa e comparativa. É por essa razão que a atividade comparativa de Direito é um passo essencial durante o processo tradutivo, visto que as escolhas a nível da tradução dependem por condição dos resultados dessa comparação.

Foram, ainda, delineadas as abordagens macroestruturais, que se concentram nas questões de hierarquia textual, e as abordagens microestruturais, que dizem respeito às estruturas sintáticas,

morfológicas e semânticas Como foi mencionado no capítulo respetivo, o tradutor deve manter a macroestrutura do texto de partida no texto de chegada, já que este género textual e a metodologia de tradução assim o exige. Neste capítulo estão patentes as características que subjazem aos textos jurídicos, nomeadamente à *Vollmacht*. A tarefa do tradutor neste tipo de textos é crucial, já que este deve ter em atenção as suas especificidades para que sejam mantidas a nível macro e microestrutural, pois este tipo de documentos assim o exige.

Foi ainda invocada a metodologia de tradução que explica as estratégias utilizadas aquando da atividade tradutiva acompanhada com os desafios e os problemas. A análise é importante e adequada, pois assim o tradutor poderá justificar a tradução tendo em conta, os critérios científicos junto de pessoas especializadas na área. Neste capítulo a pergunta pelo Direito aplicável permite decidir pelo tipo de tradução (documental ou instrumental). A metodologia proposta por Nord parece-nos, neste tipo de texto, aquela que mais se enquadra na problemática da linguagem jurídica e oferece, igualmente, uma linha de orientação adaptada às particularidades da tradução.

Para finalizar, este projeto é pertinente e pretende, por isso, criar uma maior consciencialização relativamente a esta área, uma vez que o tradutor será sempre confrontado com uma reflexão crítica aquando da tarefa de tradução. É neste seguimento que o tradutor terá que ter em atenção e estar sensibilizado para responder a questões durante a atividade tradutiva, tais como: *Qual a função do texto?, qual a sua finalidade?, a quem se destina?, qual a melhor metodologia a adotar?*

O presente estudo e análise do género textual *Vollmacht* pretende constituir um progresso a nível do estudo de comparação relevante entre as línguas em estudo: alemão e português, evidenciando as características estilísticas, formais e terminológicas deste género textual.

Bibliografia

ALBIR, A. H. (2001): *Traducción y Traductología – Introducción a la traductología*. Madrid: Ed. Cátedra

BACALU, F. (2012), Being Creative with the Syntax of Legal Language, *Contemporary Readings in Law and Social Justice*, (1), 610-617.

BERNARDO, A. (2009): *A Tradutologia Contemporânea - Tendências e Perspectivas no Espaço de Língua Alemã*. Lisboa, Gulbenkian.

BORJA, A. (2000): *El texto jurídico y su traducción al español*. Barcelona: Ariel Lenguas.

BUTT, P. e CASTLE, R. (2006): *Modern legal drafting: a guide to using clearer language*. New York: Cambridge University Press.

CAO, D. (2007): *Translating Law*, Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters.

CINTRA, L.; CUNHA, C. (2005): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Edições João Sá da Costa: Lisboa.

CORNU, G. (2005) : *Linguistique juridique*. Paris : Montchrestien.

CORNU, G. (2007) : *Vocabulaire juridique*. 8ª ed. Paris: Presses Universitaires de France.

GÖPPERICH, S. (1995): *Textsorten in Naturwissenschaften und Technik. Pragmatische Typologie – Kontrastierung – Translation*. Tübingen. Narr.

GUDUMAC, I, (2011): *Da dificuldade de traduzir textos jurídicos: um enfoque funcionalista*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

HOLZER, P. (2013): Gibt es einen Trend zur adressatengerechten Orientierung von Rechtstexten?: Eine Bestandsaufnahme zu Spanien und Österreich. (A.-K. Ende, S. Herold, & A. Weiland, Edits.) *Alles hängt mit allem zusammen: Translatologische Interdependenzen - Festschrift für Peter A. Schmitt* (TRANSÜD Arbeiten zur Theorie und Praxis des Übersetzens und Dolmetschens 59).

KJÆR, A. (2007): Legal Translation in the European Union: A research field in need of a new approach in Krzysztof Kredens, Stanislaw Goźdz-Roszkowski, (eds). *Language and the law: international outlooks* (p.40-47). Frankfurt/Bern: Peter Lang

MUNDAY, J. (2001): *Introducing translation studies. Theories and applications*. Oxon. Routledge.

NORD, C. (1989) : *Textanalyse und Übersetzungsauftrag*. (F. G. Königs, Ed.) *Übersetzungswissenschaft und Fremdsprachenunterricht: Neue Beiträge zu einem alten Thema*.

NORD, C. (1991): *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a model for Translation-Oriented Text Analysis*. Amsterdam. Rodopi.

- NORD, C. (1997): *Translation as a Purposeful Activity*. Manchester: St Jerome.
- NORD, C. (2005): *Text Analysis in Translation: Theory, Methodology and Didactic Application of a Model for Translation – Oriented Text Analysis*. Amsterdam: Rodopi. (2^a ed.).
- NORD, C. (2009): *Textanalyse und Übersetzen: Theoretische Grundlagen, Methode und didaktische Anwendung einer übersetzungsrelevanten Textanalyse* (4^a Edição revista ed.). Tübingen: Julius Groos Verlag.
- POMMER, S. (2006): *Rechtsübersetzung und Rechtsvergleichung*. Frankfurt am Main: Peter.
- REISS, K. (1983): *Texttyp und Übersetzungsmethode : der operative Test*. Heidelberg : Julius Groos Verlag.
- SANDRINI, P. (1999): Translation zwischen Kultur und Kommunikation: Der Sonderfall Recht. In P. Sandrini (Ed.), *Übersetzen von Rechtstexten: Fachkommunikation in Spannungsfeld zwischen Rechtsordnung und Sprache*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- ŠARCEVIC, S. (1997): *New Approach to Legal Translation*. The Hague: Kluwer Law International.
- SIMMONÆS, I. (2012). *Rechtskommunikation national und international im Spannungsfeld von Hermeneutik, Kognition und Pragmatik*. (H. Kalverkämper, Ed.) Forum für Fachsprachen-Forschung (p. 108-109).
- SNELL-HORNBY, M. et al. (1992): *Translation Studies: An Interdiscipline*. Vienna : John Benjamins.
- SOUSA, A. F. (2007): *Fundamentos da tradução jurídica Alemão-Português (com incidência especial no direito administrativo)*. Porto: Instituto de Estudos Germanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- STOLZE, R. (1997): *Übersetzungstheorien: Eine Einführung*. 2. Auflage. Tübingen. Narr.
- STOLZE, R. (1999): *Die Fachübersetzung: Eine Einführung*. Tübingen. Narr.
- STOLZE, R. (2009): *Fachübersetzen – Ein Lehrbuch für Theorie und Praxis*. Berlin: Frank & Timme.
- VAN DIJK, T., 1980,– *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*. Hillsdale, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates Publishers. Ediciones Cátedra.
- WEISFLOG, W. E. (1996): *Rechtsvergleichung und juristische Übersetzung: eine interdisziplinäre Studie*. Zürich: Schulthess.
- WESTON, M. (1991): *An English Reader's Guide to the French Legal System*. Oxford/New York: Berg.

Webgrafia

ALEGRE, T. e HERGET, K. (2012) Análise de técnicas de tradução em textos da área da saúde e do bem-estar no par de línguas alemão-português. Disponível em: http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat21/Mathesis21_149.pdf (Consulta a 08/05/2016)

ALEGRE, T. e HERGET, K. (2008) O papel das técnicas de tradução no ensino da Tradução especializada. Disponível em: <http://translationjournal.net/journal/46techniques.htm> (Consulta a 08/05/2016)

ALEGRE, T. e HERGET, K. (2015) *Grupos nominais expandidos na linguagem médica alemã e respetivos equivalentes em português*: <http://translationjournal.net/October-2014/grupos-nominais-expandidos-na-linguagem-medica-alema-e-respetivos-equivalentes-em-portugues.html> (Consulta a 11/10/2016)

Apostila, Disponível em: <http://www.ministeriopublico.pt/faq/o-que-e-apostila> (Consultado a 20/04/2016)

Betreuungsverfügung, Disponível em: <http://www.vorsorgeregister.de/2:27/FAQ/Betreuungsverfuegung.html> (Consultado a 11/10/2016)

Erbschaft, Disponível em: <https://www.ktipp.ch/artikel/d/erbschaft-wie-vermeide-ich-streit-zwischen-den-erben/> [Consultado a 11/10/2016]

Generalvollmacht, Disponível em: <http://www.wirtschaftslexikon.co/d/handlungsvollmacht/handlungsvollmacht.htm> (Consultado a 22/03/2016)

Handlungsvollmacht, Disponível em: <http://www.wirtschaftslexikon.co/d/handlungsvollmacht/handlungsvollmacht.htm> (Consultado a 22/03/2016)

Instituto dos Registo e Notariado Disponível em: <http://www.im.mj.pt/sections/irn/area-notarial/docs-comuns/procuracoes-nocao/> (Consultado a 19/10/2016)

Jurisdição contenciosa e voluntária, Disponível em: http://www.amorimecastro.com/index.php?option=com_content&view=article&id=16:jurisdicao-contenciosa-e-jurisdicao-voluntaria&catid=27:artigos-juridicos&Itemid=93 (Consultado a 11/10/2016)

Ordem dos Notários. Disponível em: <http://www.notarios.pt/NR/ronlyres/B1376450-518B-446D-9815-18CBBAB69B5D/316/ParecersobreProcura%C3%A7%C3%B5estimbrado.pdf> (Consultado a 22-03-2016)

Procuração. Disponível em: <http://www.online24.pt/procuracao-forense/> (Consultado a 22/03/2016)

Rectswörterbuch. de. Disponível em: <http://www.rechtswörterbuch.de/recht/v/vollmacht/> (Consulta a 22/03/2016)

Streige, Disponível em: <http://www.rechtslexikon.net/d/streitige-gerichtsbarkeit/streitige-gerichtsbarkeit.htm> (Consultado a 11/10/2016)

Vollmacht, Disponível em <http://www.rechtswoerterbuch.de/recht/v/vollmacht/> (Consultado a 16/03/2016)

Vormundschaftsgericht, Disponível em: <http://www.duden.de/suchen/dudenonline/Vormundschaftsgericht> (Consultado a 05/10/2016)

Vorsorgevollmacht, Disponível em: <http://www.vorsorgeregister.de/Service/FAQs/Vorsorgevollmacht.php> (Consultado a 11/10/2016)

Dicionários e Enciclopédias

Andrade, M. (2010): *Dicionário Jurídico Português-Inglês Inglês-Português*. Lisboa: Quid Juris.

Prata, A., Vilalonga, J. e Veiga, C. (2013): *Dicionário Jurídico - Volume II - Direito Penal e Direito Processual Penal*. Almedina.

Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha] (2003-2015) Porto. Porto Editora.

Bases Jurídico- Documentais (www.dgsi.pt)

Dict.cc : (<http://www.dict.cc/>)

Duden: (<http://www.duden.de/>)

IATE : (<http://iate.europa.eu/>)

Infopedia (<http://www.infopedia.pt/>)

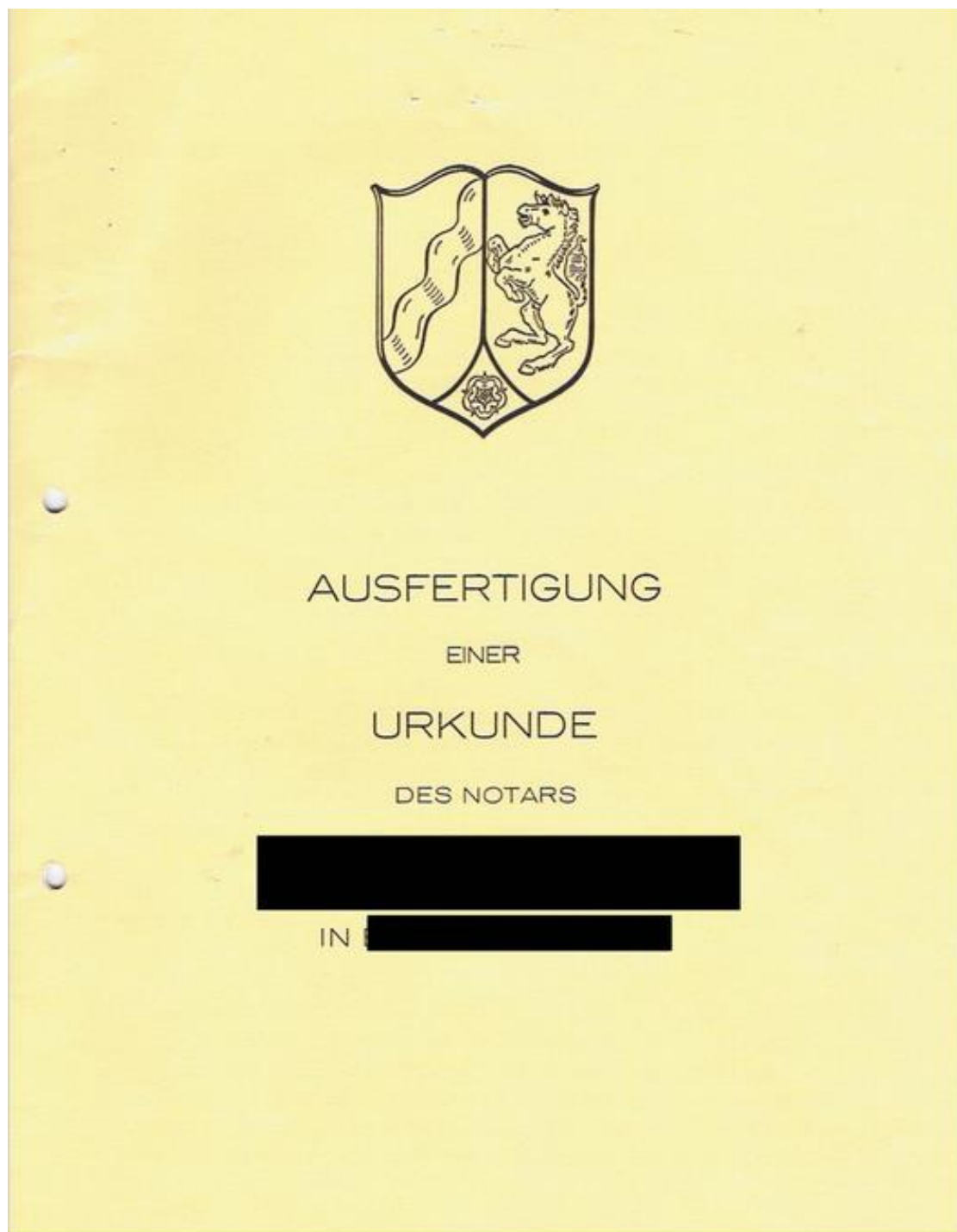
Rechtswörterbuch und Rechtslexikon: (<http://www.rechtswoerterbuch.de/recht/>)

União Europeia – Jornais Oficiais e Portais Institucionais: (<http://dre.pt/ue/alemanha.html>)

Jurislingue: (<http://jurislingue.gddc.pt/>)

Anexos

Anexo I: Texto de partida 1



Nummer [REDACTED] der Urkundenrolle für 1997

Generalvollmacht

Verhandelt zu [REDACTED], am [REDACTED]

Vor mir,

[REDACTED],
Notar in [REDACTED],

erschieden:

Eheleute Herr E [REDACTED], geboren am [REDACTED], und
Frau H [REDACTED] geborene [REDACTED], geboren am
[REDACTED], beide wohnhaft in: [REDACTED],

ausgewiesen durch amtlichen Lichtbildausweis.

Die Erschienenen erklärten zur Beurkundung:

Wir bevollmächtigen uns gegenseitig widerruflich, so daß jeder Ehegatte jederzeit für den anderen Ehegatten handeln kann, den anderen Ehegatten, soweit zulässig, in allen persönlichen Angelegenheiten, auch soweit sie dessen Gesundheit betreffen, sowie in allen Vermögens-, Steuer- und sonstigen Rechtsangelegenheiten in jeder denkbaren Richtung zu vertreten.

Die Vollmacht berechtigt insbesondere zur Verfügung über Vermögensgegenstände jeder Art, zu jedem Vermögenserwerb, zum Inkasso, zur Eingehung von Verbindlichkeiten, einschließlich einer Zwangsvollstreckungsunterwerfung, auch nach § 800 ZPO, zum Abschluß eines Heimvertrages oder einer ähnlichen Vereinbarung, zu geschäftsähnlichen Handlungen (z.B. Mahnung, Fristsetzung, Anträgen, Mitteilungen), zu allen Verfahrenshandlungen, auch i.S. v. § 13 SGB X, und zu den in § 81 ZPO genannten Handlungen. Ausdrücklich wird erklärt, daß der Bevollmächtigte Rechtshandlungen aller Art gegenüber Kreditinstituten vornehmen kann und Erklärungen entgegennehmen kann, insbesondere kann der Bevollmächtigte über Bankguthaben verfügen. Schenkungen kann jeder Bevollmächtigte nur in dem Rahmen vornehmen, der auch einem Pfleger bzw. Betreuer gestattet ist.

Der jeweilige Bevollmächtigte kann im Einzelfall Untervollmacht erteilen. Der jeweilige Bevollmächtigte kann den Vollmachtgeber und einen Dritten gleichzeitig vertreten. Er ist von den Beschränkungen des § 181 BGB befreit.

Die Vollmachten und die ihnen zugrunde liegenden Rechtsverhältnisse (Grundverhältnis) bleiben gültig, wenn der Vollmachtgeber geschäftsunfähig geworden sein sollte oder wenn er nicht mehr lebt.

Das Grundverhältnis richtet sich nach den Auftragsvorschriften.

Weiterhin bevollmächtigt ein jeder von uns widerruflich unsere Kinder

a) M. [REDACTED], geboren am [REDACTED],
wohnhaft in: [REDACTED],

b) M. [REDACTED], geboren am [REDACTED], wohnhaft
in: [REDACTED],

und zwar so, daß jeder Bevollmächtigter einzeln handeln kann, einen jeden von uns, soweit gesetzlich zulässig, in dem vorstehend beschriebenen sachlichen Rahmen zu vertreten.

Diese Bevollmächtigten können keine Untervollmacht erteilen. Sie sind jedoch von den Beschränkungen des § 181 BGB befreit.

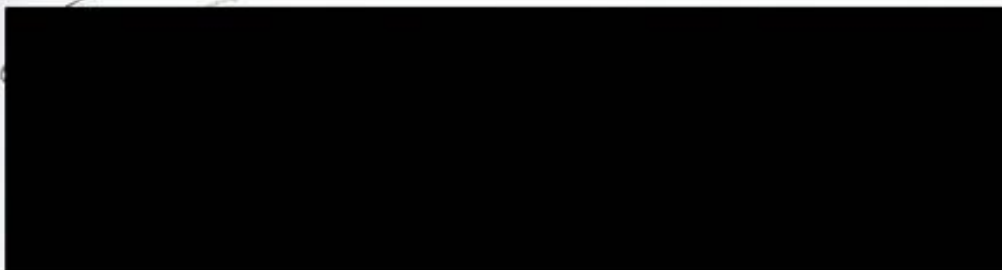
Die jeweilige Vollmacht und das ihr zugrunde liegende Rechtsverhältnis (Grundverhältnis) bleiben gültig, wenn der Vollmachtgeber geschäftsunfähig geworden sein sollte oder wenn er nicht mehr lebt.

Das Grundverhältnis richtet sich nach den Auftragsvorschriften.

Sollte das Vormundschaftsgericht eine Betreuung für erforderlich halten, so ist der Betreuer auch aus dem Kreis der in dieser Urkunde Bevollmächtigten auszuwählen.

Jedem Bevollmächtigten ist sofort eine Ausfertigung dieser Urkunde zu erteilen.

Diese Niederschrift wurde von dem Notar der Erschienenen vorgelesen, von dieser genehmigt und eigenhändig unterschrieben:



Diese mit der mir vorliegenden Urschrift gleich-
lautende

A u s f e r t i g u n g

erteile ich hiermit

Herrn M [REDACTED].

Soweit die Ausfertigung oder Beilagen der Urkunde als
Lichtbilder oder Abschriften hergestellt sind, beglaube ich die vollständige Übereinstimmung der Abschrift oder
des Lichtbildes mit der mir vorliegenden Urschrift.

[REDACTED] den [REDACTED] 1997



Anexo II: Texto de chegada 1

[Brasão]

CÓPIA
DE UM
ATO
DO NOTÁRIO

[LOCAL]

Número xxxxx do registo de documentos de xxxx

Procuração geral

Celebrada em xxxxx, a xxxxx

Perante mim

Xxxxxxxxxxxxxxx

Notário em xxxxxxx

compareceram:

os cônjuges xxxxxxxx , nascido a xxxxxx e xxxxxxxx, nome de solteira xxxxxx, nascida a xxxxx, ambos residentes em: xxxxxxxxxxxxxxxx,

identificados pelo documento de identificação com fotografia.

Os cônjuges declaram para efeitos legais:

Autorizamos de forma mutuamente revogável, de modo a que cada um dos cônjuges possa, a qualquer momento, agir em nome do outro cônjuge, até ao limite permitido, relativamente a assuntos pessoais, incluindo os assuntos relativos à sua saúde, bem como representá-lo em todas as questões patrimoniais, fiscais e outros assuntos jurídicos em todos os sentidos concebíveis.

A procuração confere, especialmente, o poder de decisão sobre bens de qualquer natureza, para qualquer aquisição de ativos, cobrança, entrada de passivos, incluindo uma submissão a processo de execução, com base no artigo 800 do Código do Processo Civil alemão, para celebrar contratos com lares de idosos ou acordo similar a quase negócios jurídicos (por exemplo: intimação, prazo, pedidos, avisos), de todos os atos processuais, também na aceção do artigo 13 do Código de Segurança Social alemão, Livro X e para os assuntos referidos no artigo 8 do Código do Processo Civil alemão. Declara-se expressamente que o representante pode realizar todos os atos jurídicos em todos os tipos de instituições de crédito e pode aceitar declarações, em particular, o representante pode dispor de contas bancárias. As doações podem ser realizadas por cada representante apenas no âmbito permitido a um cuidador e/ou responsável.

O respetivo representante pode conceder, em caso específico, substabelecimento. O respetivo procurador pode representar o mandante e um terceiro, em simultâneo. Este está isento das restrições do artigo 181 do Código Civil alemão.

As procurações e as suas relações jurídicas subjacentes (relação fundamental) permanecem válidas, quando o mandante se tornar incapaz ou quando não estiver mais vivo.

A relação fundamental rege-se pelas disposições contratuais.

Além disso, cada um de nós autoriza, de forma revogável, os filhos

- a) Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx nascido a xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com residência em xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

b) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX nascido a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com residência em
XXXXXXXXXXXXX

de tal forma que cada procurador possa agir individualmente, na medida do permitido por lei, para representar cada um de nós no contexto factual descrito acima.

Estes representantes não podem conceder qualquer substabelecimento. No entanto, dispensam as restrições do artigo 181 do Código Civil alemão.

A respetiva procuração e a sua relação jurídica subjacente (relação fundamental) permanecem válidas, quando o mandate se tornar incapaz ou quando estiver morto.

A relação fundamental rege-se pelas disposições contratuais.

Caso o Tribunal de tutelas e curatelas alemão considere o acompanhamento necessário, assim o acompanhante deverá ser selecionado de entre os representantes presentes, a partir do círculo, neste ato.

A cada procurador é concedido, imediatamente, uma cópia deste ato.

Este documento foi lido pelo notário aos comparecentes, tendo sido por eles aprovado e assinado.

Entrego esta cópia do documento com a assinatura
concedida por XXXXXXXXXXXXXXXX

Quer a cópia quer os anexos do documento são produzidos como fotografias ou cópias. Certifico a completa conformidade e autenticidade da cópia ou da fotografia com o respetivo documento.

XXXXXXXXXXXXX, a xxxx

Apostila

Anexo III: Texto de partida 2

Generalvollmacht mit Substitutionsbefugnis

Die unterzeichnete Person

Frau [REDACTED], geb. [REDACTED] von [REDACTED], wohnhaft
[REDACTED], [REDACTED] ZH

(Vorname, Name, Geburtsdatum, Bürgerort bzw. Staatsangehörigkeit, Wohnadresse mit Postleitzahl/Ort)

ernennt ihre Nichte,

Frau [REDACTED], geb. [REDACTED] von [REDACTED], wohnhaft [REDACTED]
[REDACTED]

(Vorname, Name, Geburtsdatum, Bürgerort bzw. Staatsangehörigkeit, Wohnadresse mit Postleitzahl/Ort)

zu ihrem/n Generalbevollmächtigten in allen ihren Angelegenheiten, in denen eine rechtsgeschäftliche Vertretung möglich ist.

Die bevollmächtigte(n) Person(en) ist/sind kraft dieser Vollmacht befugt, die vollmachtgebende Person vor allen Behörden der Verwaltung und der streitigen und nichtstreitigen Gerichtsbarkeit sowie auch Privatpersonen gegenüber rechtsgültig zu vertreten, mit der Wirkung, dass die vollmachtgebende Person in gleicher Weise berechtigt und verpflichtet wird, wie wenn sie selbst gehandelt hätte.

Insbesondere ist/sind die bevollmächtigte(n) Person(en) ermächtigt, im Namen der vollmachtgebenden Person alle Arten von Rechtsgeschäften und Rechtshandlungen vorzunehmen, die dabei erforderlichen Formalitäten, wie öffentliche Beurkundungen von Rechtsgeschäften über dingliche Rechte an Grundstücken, Anmeldung von grundbuchlichen Eintragungen, Vor- und Anmerkungen sowie von Löschungen von solchen usw., zu erfüllen, Gelder, Wertschriften und andere Vermögenswerte in Empfang zu nehmen und dafür rechtsgültig zu quittieren, nötigenfalls auch Verpflichtungen irgendwelcher Art, auch Wechselverpflichtungen einzugehen und solche zu erfüllen, im Falle von Zwangsvollstreckungen für und gegen die vollmachtgebende Person die erforderlichen Begehren und Anträge zu stellen, an Gläubigerversammlungen in Konkursen, bei Gläubigergemeinschaften und Nachlassverfahren teilzunehmen, verbindliche Erklärungen abzugeben, Zahlungen entgegenzunehmen oder zu leisten, Postsendungen aller Art entgegenzunehmen, Prozesse zu führen, Schiedsgerichte anzunehmen, gerichtliche oder aussergerichtliche Vergleiche abzuschliessen, den Abstand von Klagen oder die Anerkennung solcher, und die Berufung gegen Urteile zu erklären, auch andere Rechtsmittel zu ergreifen, die Streitgegenstände entgegenzunehmen oder herauszugeben, rechtskräftig gewordene Urteile oder solchen gleichwertige Urkunden vollstrecken zu lassen, Strafklagen zu erheben, Steuererklärungen abzugeben, Rekurse gegen Steuereinschätzungen zu erheben oder solche anzuerkennen, an Aktionär- oder Genossenschafterversammlungen teilzunehmen, Erbschaften anzutreten oder auszuschiessen, die Sicherung solcher (Inventare, Erbschaftsverwaltungen, Vertretung der Erbengemeinschaft und dgl.) zu verlangen, öffentliche Inventare oder amtliche Liquidationen zu begehren, bei Erbschaften, Erbverträgen, Erbteilungen und anderen Erbschaftsangelegenheiten mitzuwirken, Verfügungen von Todes wegen anzuerkennen oder anzufechten, die Verletzung von Pflichtteilsrechten gütlich oder rechtlich zu verfolgen, Erbschaften und Vermächtnisse entgegenzunehmen und dafür rechtsgültig zu bescheinigen, Erbteile abzutreten oder zu verpfänden, wie auch andere Vermögenswerte, insbesondere Grundstücke, zu veräussern, zu verpfänden, oder mit andern beschränkten dinglichen Rechten zu belasten, oder solche zu erwerben, Schenkungen zu machen, überhaupt alle Rechtshandlungen und

Rechtsgeschäfte vorzunehmen, welche nicht wegen ihrer höchstpersönlichen Natur die persönliche Mitwirkung der vollmachtgebenden Person erheischen, seien sie in dieser Vollmacht ausdrücklich genannt oder nicht.

Die bevollmächtigte(n) Person(en) ist/sind sodann befugt, in ihrem Namen und auf ihre Verantwortung einen Stellvertreter mit der Ausübung der Befugnisse aus dieser Vollmacht zu betrauen.

Die vollmachtgebende Person anerkennt hiermit alle gestützt auf diese Generalvollmacht vorgenommenen Rechtshandlungen und Rechtsgeschäfte der bevollmächtigten Person(en) oder ihres Vertreters als für sie jederzeit rechtsverbindlich.

Die Bevollmächtigten sind ausdrücklich auch zum Selbstkontrahieren sowie zur Doppel- und Mehrfachvertretung befugt.

Der Vollmachtgeber beauftragt die Bevollmächtigten insbesondere auch zur

- Vornahme von Geldtransaktionen, ausdrücklich auch bezüglich aller möglicher Verfügungen über sämtliche auf den Namen des Vollmachtgebers lautende Guthaben und Ansprüche bei Banken, Versicherungsgesellschaften usw.,
- Entgegennahme von Postsendungen aller Art,
- Abgabe von Steuererklärungen sowie die damit zusammenhängenden Rechtshandlungen.

Diese Generalvollmacht und die damit verbundenen Auftragsverhältnisse erlöschen

- weder mit dem Tod
- noch mit der Verschollenerklärung
- noch mit dem allfälligen Verlust der Handlungsfähigkeit
- noch mit dem allfälligen Konkurs

des Vollmachtgebers und Auftraggebers, sofern und soweit dies zulässig ist.

_____, 1. _____

Die vollmachtgebende Person:

Amtliche Beglaubigung

Die Echtheit der vorstehenden, vor uns gezeichneten Unterschrift von

Frau _____ geb. _____ von _____, nach eigenen Angaben wohnhaft _____, _____, ausgewiesen durch Pass,

wird amtlich beglaubigt.

[Handwritten signature]

Anexo IV: Texto de chegada 2

Procuração com poderes de substabelecimento

A abaixo assinada

XXXXXXXXXXXXX, com nome de solteira XXXXXXXX, de XXXXXXXXXXXXXXXX, com residência em
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XX

(Nome, apelido, data de nascimento, naturalidade ou nacionalidade, endereço com código postal/local)

nomeia a sua sobrinha

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com nome de solteira XXXXXXXX, de XXXXXXXXXXXXXXXX, com
residência em XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(Nome, apelido, data de nascimento, naturalidade ou nacionalidade, endereço com código postal/local)

para sua (s) procuradora (s) em todos os seus assuntos, nos quais seja possível representação
legal

A (s) mandatária (s) está/estão, em virtude desta procuração, autorizada (s) a representar
legalmente a mandante não só perante todas as autoridades de administração e jurisdição
contenciosa e voluntária, assim como perante pessoas de direito privado com o efeito que a
mandate tem o direito e a obrigação de agir como se tivesse sido ela própria.

A mandatária está/estão especialmente autorizada (s) a realizar, em nome da mandante, todos
os negócios jurídicos e atos jurídicos, e a cumprir as respetivas formalidades, como legalização
de negócios jurídicos sobre direitos reais sobre imóveis, registos e registos e
comentários/observações, assim como anular tais registos, etc; a receber e passar recibo de
fundos, títulos e outros ativos, se necessário, a aceitar e satisfazer também obrigações de
qualquer natureza, nomeadamente aceitando obrigações cambiais e a cumpri-las; a apresentar,
em caso de execução, a favor da ou contra a mandante, os pedidos e os requerimentos
necessários; a participar em reuniões de credores, em processos de falência, em assembleias
de credores e em processos sucessórios; a entregar declarações obrigatórias; a aceitar ou fazer
pagamentos; a aceitar correspondências de qualquer natureza; a intentar processos; a aceitar
tribunais de arbitragem; a celebrar acordos judiciais e extrajudiciais; a declarar a desistência dos
processos judiciais ou reconhecimento mútuo, o recurso de sentenças, também a recorrer a
outros meios legais; a aceitar ou a publicar objetos de litígios; a deixar aplicar sentenças que se
tornaram definitivas ou documentos equivalentes; a intentar uma ação penal; a entregar
declarações fiscais; a intentar recursos contra avisos de pagamento/autuações fiscais ou a
aceita-las, a participar em reuniões de accionistas ou sócios; a aceitar ou a recusar heranças; a
exigir garantias tais como: inventários, administração de heranças, representação de indivisão de
heranças e similares; a requerer inventários públicos ou liquidações oficiais; a participar na
compra de heranças dos co-herdeiros e seus herdeiros, na renúncia e divisão de heranças e
noutros assuntos relacionados com heranças; a reconhecer ou a contestar as disposições por
morte; a processar a violação de reservas sucessórias amigáveis ou legais; a aceitar heranças e
legados e, para isso, a autenticar a validade das mesmas; a ceder ou a penhorar heranças bem

como a alienar, a penhorar outros ativos, em particular propriedades, ou a onerá-los com outros direitos reais limitados, a adquiri-los; a fazer doações; a realizar, em geral, todos os atos jurídicos e negócios jurídicos, que não requerem, através da sua natureza extremamente pessoal, a participação pessoal do mandante quer estejam especificamente expressos na presente procuração ou não.

A (s) mandatária (s) está/estão, deste modo, autorizada (s) para nomear em seu nome e sob a sua responsabilidade um representante para o exercício das competências desta procuração

A mandante reconhece e aceita, a qualquer momento como vinculativos, por este meio, com base nesta procuração, todos os atos jurídicos e negócios jurídicos do mandatário ou dos seus representantes.

Os mandatários estão, também, expressamente autorizados à auto-contratação bem como à representação dupla e múltipla.

A mandante incumbe ainda, especialmente, os mandatários a:

- Realizar, em nome do mandante, transações financeiras, especificamente no que respeita a todas as disposições possíveis sobre todos os ativos, reivindicações com bancos, companhias de seguros, etc.
- Receber de correio de todo o tipo.
- Entregar de declarações fiscais bem como de atos legais com elas relacionados

Esta procuração geral bem como as relações contratuais a ela associadas não se extinguem:

- nem com a morte;
- nem mesmo com declaração de desaparecimento
- nem mesmo com a eventual perda de capacidade para agir
- nem mesmo com a falência do mandante e do constituinte, desde que isso seja permitido.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, 1 de xxxxxxxx de xxxx

A mandante:

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Autenticação formal

A autenticidade da assinatura é oficialmente certificada pelo presente documento assinado perante nós pela xxxxxxxxxxxxxxxx, nome de solteira xxxxxxxxxxxx, com residência em xxxxxxxxxxxx, identificada pelo passaporte.

I. General- und Vorsorgevollmacht

§ 1

(1) Ich, die Erschienene,

Frau [REDACTED]

- Vollmachtgeber-

erteile hiermit meiner Tochter,

Frau [REDACTED] geb. [REDACTED] geboren am [REDACTED]

- Bevollmächtigte -

Vollmacht zur Besorgung aller meiner Angelegenheiten in jeder denkbaren Richtung, insbesondere zur Besorgung meiner Vermögens-, Renten-, Kranken-, Pflegeversicherungs-, Sozialhilfe-, Versorgungs-, Steuer- und persönlichen Angelegenheiten. Die Bevollmächtigte ist zu jeder Rechtshandlung, geschäftsähnlichen Handlung und sonstigen Handlung befugt, die ich selbst, ein rechtsgeschäftlicher oder gesetzlicher Stellvertreter oder ein Betreuer, der für alle Angelegenheiten bestellt ist, gesetzlich für mich vornehmen kann.

(2) Die Vollmacht berechtigt insbesondere auch, mich in allen persönlichen Angelegenheiten zu vertreten, insbesondere

- einen Altenheim-, einen Pflegeheim- oder einen sonstigen Heimvertrag, einen Klinikvertrag, einen Pflege- und Betreuungsvertrag oder ähnliche Verträge abzuschließen, abzuändern oder aufzuheben und ein Mietverhältnis über meine etwaige Mietwohnung aufzulösen sowie meine Wohnungseinrichtung zu veräußern,
- meinen Wohnsitz oder Aufenthaltsort zu bestimmen und über die Aufnahme in einem Krankenhaus oder der Unterbringung in einem Pflegeheim oder einer ähnlichen Einrichtung zu entscheiden,
- Entscheidungen (insbesondere Einwilligung, Nichteinwilligung oder Widerruf einer Einwilligung) über Einleitung und Aufhebung freiheitsbeschränkender, freiheitsentziehender Maßnahmen zu treffen - insbesondere durch mechanische Vorrichtungen, Medikamente oder auf andere Weise -,
- Entscheidungen (insbesondere Einwilligung, Nichteinwilligung oder Widerruf einer Einwilligung) mit Auswirkung für meine Gesundheit und mein Leben zu treffen, insbesondere Entscheidungen über die Art und Weise der medizinischen Betreuung (Untersuchung des Gesundheitszustands, Heilbehandlung, ärztlicher Eingriff und sonstige ärztliche Betreuung und Behandlung) sowie über lebenserhaltende und lebensverlängernde Maßnahmen, auch

wenn aufgrund der Durchführung, des Unterbleibens oder des Abbruchs einer solchen Maßnahme mein Tod eintreten oder ich einen schweren und länger dauernden Gesundheitsschaden erleiden könnte; die jeweiligen Ärzte sind insoweit von ihrer Schweigepflicht entbunden.

- (3) Die vorstehend in Absatz 2 enthaltene Aufzählung stellt keine Einschränkung der in Absatz 1 begründeten allgemeinen Vertretungsmacht dar, sondern lediglich Beispiele hierfür.

§ 2

Diese Vollmacht ist nur wirksam, wenn die Bevollmächtigte bei der Vornahme einer Vertreterhandlung eine namentlich und ausdrücklich ihr erteilte Ausfertigung dieser Vollmachtsurkunde vorlegen kann. Diese Vollmacht und das ihr zugrunde liegende Auftragsverhältnis erlöschen nicht durch Geschäftsunfähigkeit oder Tod des Vollmachtgebers. Die Vollmacht ist frei widerruflich. Der Bevollmächtigte darf die Vollmacht - soweit gesetzlich möglich - ganz oder teilweise übertragen und Untervollmacht erteilen. Er ist von den Beschränkungen des § 181 BGB befreit. Er kann somit im Namen des Vollmachtgebers sowohl mit sich in eigenem Namen, als auch als Vertreter eines Dritten Rechtsgeschäfte abschließen. Das Grundverhältnis richtet sich nach den Auftragsvorschriften. Im Innenverhältnis erlege ich der Bevollmächtigten die gleichen Pflichten auf, die das Gesetz einem Betreuer in § 1901 BGB auferlegt. Der Bevollmächtigte kann eine angemessene Vergütung verlangen.

II.

Die Erschienene bestätigt, dass sie von der beurkundenden Notarin eingehend und im Einzelnen über die äußerst weitreichende Vertretungsmacht des Bevollmächtigten und über die dadurch für den Vollmachtgeber bestehenden Risiken eines Missbrauchs dieser Vertretungsmacht belehrt wurde; insbesondere wurde sie hingewiesen,

- auf das Wesen einer Betreuung, insbesondere auch die Tatsache, dass bei Bestehen einer Betreuung der Betreuer durch das Betreuungsgericht überwacht würde,
- auf die betreuungsgerichtlichen Genehmigungserfordernisse für die Einwilligung in ärztliche Maßnahmen, die mit Lebensgefahr oder mit schwerwiegenden Gesundheitsgefahren verbunden sind und für freiheitsentziehende Maßnahmen,
- dass an die Ausfertigung der Vollmachtsurkunde Rechtsscheinswirkungen zugunsten gutgläubiger Dritter anknüpfen und somit bei einem Vollmachtswiderruf diese Ausfertigung von dem Bevollmächtigten eingezogen werden sollte, sowie dass ein Missbrauch dieser Vertretungsmacht die Wirksamkeit der vom Bevollmächtigten getätigten Geschäfte und Handlungen unberührt

lässt und lediglich unter Umständen Schadensersatzansprüche im Innenverhältnis zwischen dem Bevollmächtigten und dem Vollmachtgeber entstehen,

- auf die weitgehenden Entscheidungsbefugnisse des Bevollmächtigten im persönlichen Bereich.

Wegen des bestehenden Vertrauensverhältnisses zur Bevollmächtigten wird jedoch die Beurkundung der vorstehenden Vollmacht in diesem Umfang ausdrücklich gewünscht. Die Notarin hat außerdem auf die Möglichkeit der Errichtung einer Betreuungsverfügung oder eines Patiententestaments hingewiesen. Dies wird jedoch heute nicht gewünscht.

III.

Von dieser Urkunde sollen erteilt werden:

- eine Abschrift für mich,
- eine Ausfertigung für die Bevollmächtigte zu meinen Händen.

Von dieser Urkunde dürfen der Bevollmächtigten insoweit auch weitere Ausfertigungen erteilt werden, als der beurkundenden Notarin oder ihrem Amtsnachfolger nicht der Widerruf der Vollmacht in schriftlicher Form mitgeteilt wurde. In einem solchen Fall soll ich jedoch vom Notariat verständigt werden, soweit diesem dann meine Anschrift bekannt ist.

Eine Registrierung dieser Vollmacht in dem bei der Bundesnotarkammer geführten Register wünsche ich nicht.

Vorstehende Niederschrift wurde der Erschienenen vorgelesen, von ihr genehmigt und eigenhändig unterschrieben wie folgt:



Anexo VI: Texto de chegada 3

Procuração geral e de assistência à saúde

(1) Eu, a comparecente,

.....

– mandante –

constituo, por este meio, minha bastante procuradora a minha filha

..... nome de solteira.....nascida a

- mandatária -

para a gestão em todos os meus assuntos em todos os domínios possíveis, em particular nos assuntos relacionados com bens, rendas ou pensões, saúde, seguro para prestação de assistência de saúde, assistência social, prestação de assistência, assuntos fiscais e pessoais. A mandatária está autorizada a tratar de qualquer ato jurídico ou quase negócio jurídico, que eu mesma, um representante legal ou um representante no negócio jurídico possa assumir por mim.

(2) A procuração autoriza, especialmente, a minha representação em todos os assuntos pessoais, especialmente:

- celebrar, alterar e cessar contratos com um lar de terceira idade, com uma clínica, ou outro contrato de assistência e apoio médico ou contratos semelhantes; a dissolver um (possível) contrato de arrendamento de uma eventual habitação arrendada, bem como a alienar o seu recheio,
- determinar o meu domicílio ou local de residência e a decidir sobre a entrada num hospital ou sobre um alojamento numa casa de repouso ou numa instituição similar,
- tomar decisões (especialmente com consentimento, não-consentimento ou revogação do consentimento) relativas à introdução e à cessação de medidas de restrição ou privação de liberdade – especialmente através de dispositivos mecânicos, medicamentos ou de outros meios,
- a tomar decisões (especialmente o consentimento, o não consentimento ou a revogação de um consentimento) para tomar providências com impacto para a minha saúde e para a minha vida, em especial decisões sobre o modo e a maneira de cuidado médico (exames de saúde, cuidados curativos, intervenção médica, ou qualquer assistência e tratamento médicos) bem como técnicas de ressuscitação e prolongamento da vida, mesmo que a minha morte surja em virtude da implementação, da falha ou da suspensão de uma medida deste tipo ou caso eu possa sofrer danos de saúde grave e de longa duração; os respetivos médicos estão nesse caso libertos do seu sigilo profissional.

(3) A enumeração contida, no parágrafo 2, não constitui restrição dos poderes da representação geral, fundamentado no parágrafo 1, mas somente exemplo para isso.

Esta procuração só é válida, se o mandatário puder apresentar, no ato de representação, uma cópia deste documento de procuração passado em seu nome. Esta procuração e a sua relação contratual subjacente não se extinguem através da incapacidade civil ou morte do mandante. A procuração é revogável. O mandatário pode – na medida do legalmente possível – transferir total ou parcialmente a procuração e conceder procuração de substabelecimento. Está isento das restrições do parágrafo 181 do Código civil alemão. Ele pode, portanto, celebrar, quer em nome do mandante quer em nome próprio negócios jurídicos com terceiros. A relação fundamental rege-se pelas disposições contratuais. A nível da relação interna, imponho ao mandatário as mesmas responsabilidades, que estão impostas na lei de um cuidado no parágrafo 1901 do Código civil alemão. O mandatário pode exigir uma remuneração adequada.

II

A comparecente confirma que foi informada, de forma pormenorizada, pela Notária oficial e, em especial, sobre os poderes de representação extremamente amplos do mandatário e sobre os riscos existentes e deles decorrentes de uso abusivo para o mandante desta procuração; especialmente, a mandante foi alertada para os seguintes pontos:

- para natureza da curatela, em especial, sobre o facto que, se existir uma curatela, o curador pode ser controlado pelo tribunal através do Tribunal de tutela;
- sobre o regime de autorização da assistência judicial para o consentimento em medidas médicas, associadas ao perigo de morte ou a riscos de saúde graves e para medidas privativas de liberdade,
- mesmo que a procuração não seja verdadeira, os seus efeitos de aparência jurídica devem manter-se e, portanto, esses mesmos efeitos desta procuração em relação a terceiros mantêm-se tal como os efeitos dos negócios e dos atos permanecem válidos e que apenas podem ser feitas reivindicações de indemnização na relação interna entre o mandatário e o mandante,
- para os amplos poderes de decisão do mandatário na área pessoal.

Devido à relação de confiança existente com o mandatário a oficialização da presente procuração com tão amplos poderes é, no entanto, especificamente solicitada. A notária observou, além disso, a possibilidade de construção de directivas de curatela ou de um testamento vital. No entanto, hoje estas possibilidades não são desejadas.

III.

A partir deste documento oficial deverão ser emitidos:

- uma cópia para mim
- uma cópia para a mandatária ao meu cuidado.

A partir deste documento oficial, poderão ser feitas cópias adicionais para a mandatária, desde que a notária autenticada ou o seu sucessor não tenham sido notificados por escrito da revogação da procuração. No entanto, em tal situação, deverei ser contactado pelo Notário, na medida em que, então, a minha morada seja conhecida.

Não desejo um registo desta procuração na Câmara Federal dos Notários alemães, no registo público.

A presente escritura foi lida, aprovada e assinada pessoalmente pela comparecente, como se segue:

[Assinatura ilegível]